


Paula Belbut

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
TRINTA DE JUNHO DE DOIS MIL E CATORZE**

--- Aos trinta de junho do ano dois mil e catorze reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas dez horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Paula Cristina Mourinho Belbut Gonçalves, Primeira Secretária, em substituição de Maria Luísa Clode Figueira da Silva Araújo, estando ainda presente Nélia Maria Gouveia Vieira Aguiar, como Segunda Secretária, bem como os seguintes Deputados Municipais:-----

--- **Grupo Municipal Mudança** - António José Gouveia Gomes (PS), Baltasar de Carvalho M. Gonçalves Aguiar (PND); Catarina José Ferreira Soares (MPT); Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira (PS); Donato Paulo Vares Macedo (PND); Eduardo Pedro Welsh (PND); Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar (PS); Guido Marcelino Mendonça Gomes (PS); João Valdemar Berenguer (PTP); José Gabriel Pereira Oliveira (PS); José Juvenal Nunes Rodrigues (PS); Manuel Nélio Pereira (PS); Micaela Gomes Camacho (PS); Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira (PS); Pedro Filipe da Silva Marques (BE); Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso (BE); Sérgio Juvenal de Jesus Abreu (PS); Virgílio de Freitas Silva Berenguer (PTP).-----

--- **Grupo Municipal do CDS/PP** – Américo João da Silva Dias; Filomena Maria Teixeira Gonçalves; Gonçalo Nuno Pimenta Aguiar e Lino Ricardo Silva Abreu. -----

--- **Grupo Municipal do PCP/PEV** - Edgar Freitas Gomes Silva; Herlinda Maria Gouveia Amado e Jorge Manuel Morais da Silva Reis. -----

--- **Grupo Municipal do PPD/PSD** - Ana Patrícia Correia Brazão de Castro; António Domingos Sousa Abreu; Carlos Alberto de Freitas Andrade; Carlos Alberto Rodrigues; David João Rodrigues Gomes; José António Freitas Rodrigues; Lívio Rómulo Soares Coelho; Luís Miguel Moura Sousa; Maria Elisabete Mendonça Andrade; Maria Idalina Fernandes Silva; Marisa Maria Pereira dos Santos e Costa; Pedro José Jardim Gomes;

→ 06/12/2012
Raquel Beltrão

Raquel João Martins da Silva; Rosa Maria Lopes C. G. de Oliveira; Rui Alberto Garanito Santos e Rui Nuno Barros Cortez.-----

--- Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, e dos Senhores Vereadores: Domingos Manuel Martins Rodrigues, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Bruno Miguel Camacho Pereira, João José Nascimento Rodrigues, Vanda Maria de Fátima de Sousa França Correia de Jesus, Paulo Alexandre de Atougua Aveiro, José Manuel Sousa Rodrigues e Énio Dionísio Vieira Martins, este último em substituição do Vereador Artur Alberto Fernandes Andrade, da CDU, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, designada para elaborar as atas das sessões da Assembleia Municipal.-----

--- **Verificada a existência de quórum, a Primeira Secretária da Assembleia Municipal,** abriu a sessão, dando conhecimento do seguinte expediente: -----

1. PEDIDO DE RENÚNCIA DE MANDATO: -----

1.1. A Deputada Municipal do GMM Maria Luísa Clode Figueira da Silva Araújo, Independente, renunciou ao mandato de Deputada Municipal, por motivos de vida pessoal e profissional, com efeitos a partir de dezanove de maio de dois mil e catorze, sendo convocado nos termos legais o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso. -----

2. PEDIDOS DE SUSPENSÃO DE MANDATOS: -----

2.1. A Deputada Municipal do GMM Guida Maria Vieira Martins pediu a suspensão de mandato por cento e oitenta dias, com efeitos a partir do dia cinco de junho do ano em curso, sendo substituída pelo Deputado Municipal do GMM Pedro Filipe da Silva Marques;

Paulo Roberto

2.2. A Deputada Municipal do GMM Guida Maria Barcelos Martins pediu a suspensão de mandato por cento e oitenta dias, com efeitos a partir de um de junho do ano em curso, sendo substituída pelo Deputado Municipal do GMM Sérgio Juvenal de Jesus Abreu; -----

2.3. A Deputada Municipal do GMM Ana Patrícia da Silva Oliveira pediu a suspensão de mandato por vinte e cinco dias, a partir de vinte e sete de junho do ano em curso, sendo substituída pelo Deputado Municipal do GMM Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar. -----

3. PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO: -----

3.1. O Deputado Municipal do GMM Roberto Paulo Ferreira Vieira foi substituído pela Deputada Municipal do GMM Catarina José Ferreira Soares; -----

3.2. O Deputado Municipal Francisco Manuel Freitas Gomes, eleito pelo PPD/PSD Madeira, foi substituído pelo Deputado Municipal Carlos Alberto de Freitas Andrade; -----

3.3. O Deputado Municipal Marco Alexandre Ribeiro Pereira Fernandes, eleito pelo PPD/PSD Madeira, foi substituído pela Deputada Municipal Ana Patrícia Correia Brazão de Castro. -----

4. CESSAÇÃO DA SUSPENSÃO DE MANDATO: -----

4.1 O Deputado Municipal do GMM Virgílio de Freitas da Silva Berenguer comunicou a cessação do pedido de suspensão de mandato. -----

5. EXERCÍCIO DE MANDATO: -----

5.1. O Deputado Municipal do GMM Donato Paulo Vares Macedo comunicou que a partir de cinco de maio do corrente ano, exerce o mandato na qualidade de deputado independente. -----

6. CONSTITUIÇÃO DE GRUPO MUNICIPAL: -----

6.1. O PND – Partido da Nova Democracia pediu a desvinculação dos deputados municipais Eduardo Pedro Welsh, Donato Paulo Vares Macedo e Baltasar de Carvalho Machado

Ass 132
Paele 132/15

Gonçalves de Aguiar do Grupo Municipal MUDANÇA, e declarou a constituição do Grupo Municipal do PND. -----

7. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA ANTERIOR: -----

7.1. A ata da sessão ordinária de trinta de abril de dois mil e catorze foi aprovada por maioria com trinta e nove votos a favor e uma abstenção do PND. -----

8. EXPEDIENTE: -----

8.1. Convites enviados à Presidente da Assembleia: -----

- Convite do Presidente da Câmara Municipal do Funchal para uma tertúlia subordinada ao tema “Se bem me lembro”, integrado nas comemorações dos 40 anos do 25 de Abril; -----
- Convite do Presidente da Câmara Municipal do Funchal para a apresentação das Festas da Sé; -----
- A Câmara Municipal do Funchal, a Junta de Freguesia de São Martinho e a Frente MarFunchal, enviaram um convite para a sessão de abertura do evento Jardim dos Sabores; -----
- Convite da Orquestra Clássica da Madeira para um concerto de Música de Câmara, pelo agrupamento “Quintetos de Sopros Atlântida”; -----
- Convite da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses para a comemoração dos 30 Anos desta Associação; -----
- Convite do Cônsul Honorário da República da Albânia para a inauguração do Consulado Honorífico da Albânia no Funchal; -----
- Convite da Frente MarFunchal para a inauguração do Complexo Balnear da Barreirinha; -
- Convite da Frente MarFunchal para o Hastear da Bandeira Azul 2014 no Complexo Balnear da Ponta Gorda; -----
- Convite do Reverendíssimo Bispo do Funchal para participar na Solene Eucaristia e Procissão, por ocasião da Solenidade do Corpo de Deus; -----

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number "460137" and a signature that appears to be "Rachid".

- Convite do Presidente da Assembleia Municipal de Santa Cruz para a Sessão Solene comemorativa do 499º Aniversário do Dia do Concelho de Santa Cruz; -----
- Convite do Presidente da Assembleia Municipal de Machico para o 1º Encontro dos Presidentes das Assembleias Municipais da Madeira. -----

8.2. Pedidos de intervenção reencaminhados à CMF: -----

- Do Grupo Municipal do PCP/PEV, pedido de informação sobre o andamento da inscrição para habitação de Carla Alexandra Pereira Faria; Carlos José de Freitas Alves e José Manuel Castro Gouveia; pedido para colocação de varandim de proteção no muro entre o Caminho das Quebradas de Baixo e a Vereda das Quebradas de Baixo; esclarecimento sobre a reclamação apresentada à CMF pelo munícipe Paulo Jorge Freitas Rodrigues; esclarecimento sobre descargas ilegais de entulhos, terras e outros resíduos na Rua Professor Virgílio Pereira, nº 12; esclarecimento sobre a ocupação da via pública pelo Snack-bar "O Bôbo"; pedido para resolução de derrame de água potável na via da Levada do Pico do Cardo – Santo António; pedido para colocação de tampa de adufa no arruamento do Caminho dos Tornos, junto ao nº 15. -----

Não houve o período da intervenção do público. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1. A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV, interpelou a mesa para alegar que alguns dos documentos que foram apresentados para o período de antes da ordem do dia, não cumpriram com o estipulado no ponto 3 do artigo 40º do Regimento desta Assembleia. -----

2. O Senhor Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar, do PND, pronunciou-se dizendo que interpreta a norma que se rege o artigo atrás referido, como meramente operacional para compilar a distribuição atempada dos documentos, considerando também, que os votos de protesto não carecem de prazo de notificação, e

46/134
Paulo Beltrão

uma vez que os mesmos encontravam-se distribuídos pelas bancadas, entende que a mesa devia relevar e aceitar qualquer atraso na entrega da documentação dos Grupos Municipais, como tem sido a boa prática desta Assembleia Municipal. -----

3. O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira, do GMM, disse que os documentos enviados pelo GMM, apesar de estarem com a data de trinta de junho, foram enviados no dia vinte e sete pelas onze horas, considerando-os assim enviados atempadamente. -----

4. O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMM, opinou que o Regimento da Assembleia é para cumprir na íntegra, concordando com o que foi apontado pelo PCP/PEV, como tal, os Deputados Municipais que queiram propor algo antirregimental, terão de auscultar a vontade do Plenário. -----

Concluiu dizendo que, os documentos que deverão ser discutidos e votados são os que cumprem com o artigo referido anteriormente. -----

5. O Senhor Deputado Municipal Américo João da Silva Dias, do CDS/PP, disse que no seu entendimento, o assunto mais premente era a substituição da Senhora Presidente cessante, devendo-se proceder de imediato à eleição da mesa, para o presidente eleito orientar os trabalhos da mesa incluindo os do período de antes da ordem do dia -----

6. A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV voltou a pronunciar-se dizendo que o Grupo Municipal que representa, não se opõe que os documentos propostos antes da ordem do dia sejam debatidos e votados, mas quis lembrar que os mesmos terão de respeitar o estipulado no Regimento, não só para aligeirar o trabalho administrativo mas também, para os Deputados poderem tomar conhecimento dos mesmos, atempadamente, para poderem pronunciar-se. -----

Em relação à apreciação do Deputado Américo Dias, do CDS/PP, disse que em reunião de líderes, à qual não compareceu o líder do CDS/PP, opinou que devido à renúncia de

fls 135
D. Barros
Barros

mandato da Presidente da Assembleia, deveria de ter havido uma reunião extraordinária para eleição da mesa. Uma vez que isso não sucedeu houve um acordo que se manteria a ordem de trabalhos referidos na Convocatória. -----

7. O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD, sugeriu que uma vez que o Grupo Municipal do CDS/PP já estava esclarecido do que foi acordado na reunião de líderes, se desse continuidade aos trabalhos. -----

--- **A Primeira Secretária** disse que os documentos iriam ser discutidos e votados, uma vez que deram entrada nos serviços administrativos no dia vinte e sete de junho. -----

8. O Senhor Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar, do PND, defendeu que devido a problemas técnicos com o seu email particular, só foi possível enviar os documentos, depois das vinte e três horas do dia vinte e sete de junho. Quanto à ordem de trabalhos desta sessão, concordou com o que foi acordado na reunião de líderes. -----

--- Ao iniciar-se a apresentação da proposta do **Voto de Protesto contra as novas alterações no serviço de transportes públicos**, apresentado pelo PCP/PEV, o **Senhor Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar, do PND,** ausentou-se da sala ao abrigo da alínea a) do ponto 1 do artigo 11º do Regimento da Assembleia. -----

9. De seguida o Senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Morais da Silva Reis, do PCP/PEV, propôs o **Voto de Protesto contra as novas alterações no serviço de transportes públicos** que se transcreve: "No fim-de-semana de vinte e um e vinte e dois de junho de dois mil e catorze, entraram em vigor um conjunto de alterações nos horários de diversas carreiras da empresa de transportes públicos *Horários do Funchal*. Embora estas alterações contemplem essencialmente os horários das viagens efetuadas ao fim-de-semana e dias feriados, constituem mais uma demonstração de desrespeito por direitos

16/10/06
Paulo Bett

dos cidadãos e mais um passo no sentido da privatização da empresa de transportes públicos e na preparação da “passagem de testemunho” do serviço de transportes públicos para o serviço privado. -----

O serviço público não pode ser encarado nem conduzido conforme critérios exclusivamente economicistas que desvirtuem a função essencial que é servir as populações, as suas necessidades e mobilidade. As presentes alterações e todo um conjunto de outras que têm sido implementadas ao longo dos últimos anos têm conduzido a um progressivo retrocesso no serviço prestado às populações. -----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal do Funchal manifesta o seu protesto por mais este conjunto de alterações no serviço de transportes públicos pelo que tal representa desrespeito por direitos das populações e pelas consequências negativas quer para a qualidade de vida e bem-estar das mesmas, para a sua mobilidade e para atividade económica e insta a Câmara Municipal do Funchal a intervir junto da Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes que tutela o setor e da empresa *Horários do Funchal* no sentido de reverem a sua política no que concerne ao serviço de transportes públicos e a satisfação dos utentes e população em geral.”-----

INSCRIÇÕES: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva Abreu, do CDS/PP, começou por dizer que irão votar favoravelmente este voto de protesto, e colocou as seguintes questões à Câmara: -----

- Foram auscultados pelos Horários do Funchal sobre esta matéria? -----

- Qual a sua posição em relação à implementação destas alterações?-----

--- Em direito de resposta foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara,** que começou por dizer que as reuniões entre a Câmara Municipal do Funchal e a Empresa Horários do Funchal têm decorrido com normalidade, e com alguma frequência por estar

16/13/13
R. Santos

em causa a qualidade dos serviços dos transportes públicos da Cidade. -----

Devido às constantes alterações que se têm verificado nas carreiras dos transportes públicos da Empresa Horários do Funchal, têm-se manifestado preocupados, críticos e em desacordo com a cultura de serviço público que neste momento não existe ou tem vindo a decrescer, tendo em conta a orografia e a importância que os transportes públicos têm para o Funchal, com a acrescida possibilidade de privatização desta empresa. -----

--- **A Primeira Secretária** colocou este voto de protesto à votação, sendo o mesmo **aprovado por maioria com vinte e cinco votos a favor, sendo dezasseis do GMM, cinco do CDS/PP, um do PND, três do PCP/PEV e treze abstenções, sendo doze do PPD/PSD e uma do PND.** -----

--- Não havendo declarações de voto o **Senhor Deputado Municipal Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira, do GMM**, usou da palavra para apresentar o **Voto de Protesto pelo atraso, por parte da Vice-presidência do Governo Regional na outorgação do ACEEP entre o Município do Funchal e a FESAP, SNBP e STFP da RAM**, que se reproduz: "No passado dia vinte e dois de maio do corrente ano foi remetido à Vice-presidência do Governo Regional da Madeira o ACEEP entre o Município do Funchal e os três sindicatos subscritores, nomeadamente FESAP, SNBP e STFP da RAM. -----

Esta remessa visou dar conhecimento à Vice-presidência do Governo Regional do referido Acordo Coletivo, para que, de acordo com a alínea b) do nº 1 do artigo 2º do Decreto Regulamentar Regional nº 8/2011/M, este órgão possa efetuar a respetiva outorgação. ---
Verifica-se que até à presente data, decorrido assim mais de um mês sobre o envio do referido Acordo Coletivo, nenhuma resposta foi dada pela Vice-presidência do Governo Regional. -----

Este atraso tem assim constituído um óbice jurídico-processual para a efetiva aplicação do referido Acordo Coletivo, impedindo os trabalhadores filiados no FESAP, SNBP e STFP, da

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the name "Racél" and other illegible markings.

RAM que exercem funções no Município do Funchal de usufruírem de todas as disposições e regalias neles constantes. Entre estas, salienta-se a respeitante ao Período Normal de Trabalho, que preconiza um período semanal de trinta e cinco horas. Em face desta lamentável omissão da Vice-presidência, vê-se o Município do Funchal impedido de exercer um ACEEP que objetivamente melhora as condições de trabalho dos seus funcionários defraudando as suas reais, legítimas e justas expetativas laborais. -----

A Assembleia Municipal do Funchal tendo conhecimento desta situação manifesta a sua discordância com a mesma, através do presente voto de protesto. Fá-lo, tendo em consideração as seguintes razões: -----

É entendimento da AMF que a Vice-presidência do Governo Regional tinha e tem a responsabilidade de ser célere em todas as diligências processuais que tenham repercussão direta na melhoria das condições de vida e de trabalho dos cidadãos. No caso em apreço, está somente em questão uma mera outorgação formal dando cumprimento a uma imposição legal e não uma decisão que tenha repercussões no Orçamento da RAM. Não se compreende assim nem se justifica este reiterado atraso, que em última instância prejudica unicamente os Funcionários do Município. -----

Assim, face a estes considerandos, a AMF reunida em sessão ordinária no dia trinta de junho de dois mil e catorze, decide protestar contra esta situação, em solidariedade para com todos os Funcionários do Município." -----

INSCRIÇÕES: -----

1. A senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV, disse que irão votar favoravelmente este Voto de Protesto, tendo inclusive o Senhor Vereador do PCP/PEV, em sessões da Câmara Municipal do Funchal manifestado a sua preocupação pelo atual não cumprimento das trinta e cinco horas. Questionou ainda a Câmara Municipal do Funchal, sobre a sua orientação em relação à implementação das trinta e cinco horas,

At 139
J.
Bucalho

para que, o mais rápido possível, esta seja uma realidade que beneficie todos os funcionários desta Autarquia. -----

--- De seguida a **Primeira Secretária** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, o qual elucidou que a CMF tem de respeitar o que a Lei prevê no Acordo Coletivo que foi celebrado com os Sindicatos. Como tal o mesmo foi já enviado para o Governo Regional para ser outorgado, e encontra-se na Direção Regional da Administração Pública e Local, a aguardar esclarecimentos do Governo da República, como esclareceu à Câmara, o Senhor Vice-presidente do Governo Regional da RAM. -----

Concluiu dizendo que, tal como na Região Autónoma dos Açores, foi já outorgado pelo respetivo Governo Regional um Acordo Coletivo, também esta Autarquia envidará esforços para que o mais rápido possível, possamos implementar tudo o que foi acordado com os Sindicatos. -----

2. O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD, realçou que este voto de protesto é um exercício de surrealismo e de não governação por parte da Câmara, pois esta deteve quatro meses para dialogar e concertar com os sindicatos e neste protesto não é explícito o motivo da morosidade da resposta. -----

Realçou ainda, que o Senhor Presidente da Câmara no seu esclarecimento não transmitiu toda a informação que possui, tal como, a Direção Regional da Administração Pública e Local e a legislação existente, não darem competência explícita aos membros do Governo Regional ou dos Governos Regionais para outorgar. Pois a legislação enuncia que são os membros do Governo da República que a detêm, não existindo adaptação da legislação nacional e das competências administrativas à Região. Como tal não podem aplicá-la porque poder-se-á incorrer num crime de usurpação de competências. -----

Reforçou também que o Senhor Presidente da Câmara, referiu que está em permanente informação e contato com o Gabinete da Vice-presidência e com a Direção Regional da

165140
J.
Bacalho

Administração Pública e Local, os quais lhe comunicaram que o parecer da Direção Geral correspondente a esta matéria será eventualmente favorável, mas que também pela questão dos Açores, aguardam informação em definitivo da Procuradoria-Geral. -----

Concluiu, dizendo que a Câmara quis imputar a terceiros o que poderia ter feito de início, porque não há legislação que a impeça de fazer uma concertação com os sindicatos, evidenciando assim, que só estão a fazer política e não a governar a Cidade, e que por isso não aceitam esta proposta considerando-a indecorosa. -----

--- Em direito de resposta o **Senhor Presidente**, lembrou que na sua intervenção referiu que houve contatos entre a Câmara e a Vice-presidência, e que a Câmara enviou para a DGAL o contrato para ser outorgado, a qual informou que essa competência era do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira, tal como já fez o Governo Regional da Região Autónoma dos Açores. Por isso, se o Governo Regional da Madeira adotar uma postura diferente para com os seus Municípios, terá de ter o seu ónus político, porque a Câmara cumpriu com o que lhe é exigido. -----

Finalizou justificando, que a delonga dos quatro meses referidos fizeram parte de um trabalho negocial com os diferentes sindicatos, enquanto ao Governo Regional caber-lhe-á fazer uma assinatura. -----

--- Não havendo mais intervenções a **Primeira Secretária** colocou este **Voto de Protesto** à votação, sendo o mesmo **aprovado por maioria com vinte e sete votos a favor, sendo dezasseis do GMM, cinco do CDS/PP, três do PCP/PEV e três do PND, com treze votos contra do PPD/PSD e com duas abstenções do PPD/PSD.** -----

--- Não havendo declarações de voto, a **Primeira Secretária** deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Pedro Filipe da Silva Marques, do GMM**, que apresentou o **Voto de Protesto pelo estado de degradação acentuada do Jardim de Santa Luzia**, que se reproduz: "No passado dia sete de junho do corrente ano foi noticiado na imprensa escrita

fls 141
Paulo Bettencourt

regional o avançado estado de degradação que o Jardim de Santa Luzia, situado na freguesia do Imaculado Coração de Maria, vem apresentando. Na mesma notícia são apresentados diversos factos que o comprovam, nomeadamente ao nível da limpeza, manutenção do recinto e dos seus equipamentos, bem como no que diz respeito à própria segurança. -----

São assim explicitadas diversas situações anómalas como, por exemplo, a existência de peixes mortos na lagoa do recinto, uma apreciável quantidade de lixo por entre as plantas aquáticas que tomaram conta de praticamente todo o espaço, os jardins apresentam-se cheios de lixo, mato seco e folhas; equipamentos do parque infantil destruídos e que não garantem a segurança das crianças; raízes de árvores que irrompem do chão, desníveis ao nível do passeio provocando a insegurança dos utentes; atos de vandalismo, de assaltos e utilização do recinto por toxicodependentes. -----

Como resultado deste lamentável abandono, o referido jardim começa a evidenciar uma preocupante diminuição de utilizadores. -----

A Assembleia Municipal do Funchal tendo conhecimento desta situação manifesta a sua discordância com a mesma, através do presente voto de protesto. Fá-lo, tendo em consideração as seguintes razões: -----

Na sequência das eleições autárquicas de vinte e nove de setembro de dois mil e treze, a tutela e manutenção do referido espaço foram retiradas à Câmara Municipal do Funchal por decisão unilateral do Governo Regional da RAM. Esperava-se que com esta decisão o Governo Regional fosse capaz de melhorar ou manter a qualidade e a segurança que o Jardim vinha evidenciando até esse momento. Não se pode nem deve escamotear que o Jardim foi construído após uma expropriação onerosa para o erário público. Sendo assim, o mesmo deve ser mantido em boas condições de utilização, sob pena de não só não prestar um serviço aos utentes como não estarem a ser devidamente rentabilizados os

142
Paulo

custos inerentes à citada expropriação. Deste modo, torna-se evidente que subjacente a esta decisão, estiveram unicamente razões de guerrilha político-partidária e nunca uma verdadeira preocupação com o bem-estar e conforto dos respetivos utentes. -----

Face a estas evidências, é entendimento da Assembleia Municipal do Funchal que o Governo Regional tinha e tem responsabilidade de preservar e incrementar a qualidade e segurança do Jardim de Santa Luzia garantindo as melhores condições de utilização para todos os munícipes que desejem legitimamente desfrutar de todas as valências do mesmo. Assim, face a estes considerandos, a Assembleia Municipal do Funchal reunida em sessão ordinária no dia trinta de junho de dois mil e catorze, decide protestar contra esta situação, em solidariedade para com todos os utentes do Jardim de Santa Luzia." -----

INSCRIÇÕES: -----

1. A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV, interveio dizendo que por estar em causa todos os munícipes e utilizadores daquele espaço irão votar a favor, e à semelhança do voto anterior, disse que as guerrilhas político-partidárias devem ser colocadas de parte, para que a defesa dos munícipes do Funchal não seja posta em causa. -----

2. O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP, pronunciou-se dizendo que irão votar favoravelmente este voto de protesto relativamente ao ato da condução política sobre esta gestão, a qual faz-lhe lembrar a retirada da Praça do Mar, sem que até à presente data o Senhor Presidente da Câmara nos tenha elucidado sobre o andamento da articulação com o Senhor Vice-presidente do Governo Regional da RAM, para a questão da posse administrativa, conforme atestou. -----

Perante a situação do Jardim de Santa Luzia, disse que, num ato de retaliação política o Senhor Presidente do Governo Regional da Madeira e do PPD/PSD, no dia seguinte à vitória da Coligação MUDANÇA à Câmara Municipal do Funchal, retirou a gestão do espaço

fls 143
Pacheco

do Jardim de Santa Luzia à Autarquia, espaço esse que era aproveitado pela anterior Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, na pessoa do Senhor Simplício Pestana, para promover eventos culturais, desportivos e lúdicos, tais como o Teatro e Cinema ao ar livre. -----

Ultimou dizendo que o CDS/PP atua em prol da defesa dos cidadãos do Funchal, e aproveitou para fazer uma nota de recomendação ao Senhor Presidente da Câmara, para que utilize este voto de protesto para de alguma maneira articular o diálogo e a concertação com o Governo Regional da Madeira, em prol dos munícipes do Funchal, independentemente da cor partidária. -----

3. O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD, interveio dizendo que tem dúvidas se o GMM fez o “trabalho de casa” quando elaborou este voto de protesto, porque como utente daquele espaço verifica que o mesmo não reflete a situação explanada, sendo o espaço infantil, pela sua degradação, a única peça que colocava em risco a segurança de adultos e crianças, pelo que já foi retirado. -----

Concluiu dizendo, que uma vez mais a Câmara mostra que não governa e que não está preocupada em resolver os problemas que tem a seu cargo no âmbito das suas competências, tal como cumprir com celeridade as respostas aos pedidos remetidos à Autarquia, havendo apenas intenção de preencher o espaço vazio da governação camarária e procurar uma oposição marcada ao Governo Regional da RAM. -----

4. O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, do PND, articulou que é frequentador daquele jardim e que era lastimável o estado em que se encontrava o parque infantil. -----

Concluindo, disse para o Governo Regional, “não sacudir a água do capote”, porque ele é que chamou a si a responsabilidade daquele espaço, e que não acredita num diálogo positivo com o mesmo porque este nunca o fez. -----

fls 144
Paul Belbin

5. O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar, do GMM, respondendo ao Deputado Domingos Abreu, disse que quando se toma uma decisão de efetuar uma mudança de gestão de um espaço, como é o referido Jardim, a mesma tem de beneficiar a população, mas o que se veio a revelar foi apenas um cálculo político. -----
Continuando disse que a retirada da administração do Jardim ocorreu num período em que a sua gestão atingiu o seu auge e o que surgiu após, infelizmente, está aos olhos dos demais munícipes. Fez votos para que, independentemente de quem tomar a gestão do Jardim, as notícias que vierem a público sejam pelas melhores razões. -----
Concluindo, asseverou que a Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, freguesia a que pertence o referido Jardim e à qual preside, estará sempre disposta a trabalhar no sentido de serem criadas iniciativas benéficas para a população, esperando que tal não seja inviabilizado pela tutela que detém a administração do Jardim. -----
--- **A Primeira Secretária** colocou este **ponto à votação**, sendo o mesmo **aprovado por maioria com vinte e sete votos a favor, sendo dezasseis do GMM, cinco do CDS/PP, três do PCP/PEV, três do PND, e quinze votos contra do PPD/PSD.** -----
--- Não havendo declarações de voto, a **Primeira Secretária** deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar, do PND,** que apresentou a **proposta de Voto de Louvor à Senhora Dra. Maria Luísa Clode Figueira da Silva Araújo,** dizendo que está comprometido com este voto de louvor porque foi seu colega de liceu, de faculdade e de trabalho, mas tudo o que verteu neste voto não é de modo nenhum prejudicado por esta relação de proximidade com a Dra. Luísa Clode. Acerca da Dra. Luísa Clode, salientou que a mesma, foi sempre uma socialista, embora pertença a uma família tradicional e conservadora do Funchal, o que é raro e isto demonstra a importância e a dimensão da Senhora de que fala. -----
Referindo-se aos motivos invocados, que a levaram a demitir-se da Assembleia, disse que

#145
Paula

os mesmos só demonstram a pessoa elegante que é e o tato que tem, porque foi sem dúvida o modo mais próprio e menos tridente que pôde usar, quando tinha fundamentos para sair que não os invocados. -----

É do conhecimento geral que a Dra. Luísa Clode, antes de chegar a esta Assembleia, já era Conservadora do Registo Notarial do Funchal, e que não havia nenhum facto que a impedisse ou pudesse prejudicar a sua vida profissional. Na sua opinião a Dra. Luísa Clode saiu por dois motivos: o primeiro porque na última sessão desta Assembleia Municipal, enfrentou um ambiente complexo tendo de tomar decisões difíceis, tais como não dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, tendo o mesmo abandonado a sessão e os trabalhos, não retornando à mesma, não cumprindo com o estipulado na norma da Lei Quadro de Competências e Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias, Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações que lhe foram imputadas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, pela retificação nº 4/2002, de 06 de fevereiro, pela retificação nº 9/2002, de 05 de março, pela Lei nº 67/2007, de 31 de dezembro, pela Lei Orgânica nº 1/2011, de 30 de novembro e pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que diz: “A Câmara Municipal faz-se representar, obrigatoriamente, nas sessões da assembleia municipal pelo Presidente, que pode intervir nos debates, sem direito de voto”, asseverando ainda, fiscalizar o cumprimento dessa norma. -----

O Segundo motivo foi a cerimónia de comemoração do 25 de Abril, onde o Senhor Presidente da Câmara, violando as regras protocolares, assumiu a Presidência da cerimónia, não dando lugar à Senhora Presidente da Assembleia. -----

Considera assim, estes os motivos que levaram a Dra. Luísa Clode, uma pessoa reta e digna, a ir embora, perdendo-se ainda, a primeira Senhora Presidente da Assembleia. ----

Concluindo disse que tantas vezes o Partido Socialista se ufana de cumprir os mínimos das Senhoras dentro das suas listas, e permitiu que uma Senhora com S grande saísse.

11746
D. J. M.
Baltasar

Bem-haja Dra. Luísa Clode. -----

INTERVENÇÕES: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Edgar Freitas Gomes Silva, do PCP/PEV, disse que não é muito comum o louvor pelas demissões dos atos públicos mas deixa aqui um espaço para uma inovação, dado que não está em causa todo o processo, mas individualmente considerada a Dra. Luísa Clode, porque os factos a que se faz aqui alusão são no mínimo deploráveis. -----

Na sua apreciação, seis meses depois de uma eleição e de tantas expectativas que foram alimentadas, onde o povo desta cidade confiou num projeto que se dizia de MUDANÇA, questões pessoais sobrepuseram-se de tal forma, que demonstraram a total inexistência de um projeto vinculativo das partes que formam essa Coligação, criando todo um processo que está envolto naquilo que é a pior política e que causa não só para a cidade, do ponto de vista democrático e do ponto de vista político, prejuízos inestimáveis trazendo ainda, para a generalidade dos cidadãos um sentimento de quem se sentiu defraudado, causando um desalento. -----

Perante esta situação, que descredibiliza a política e os políticos, têm sobretudo que lamentar e não louvar, mas como o que está em causa, embora o texto não o faça entender, o voto da sua bancada será favorável, tendo em conta o quanto prezam a pessoa individualmente considerada, a Dra. Luísa Clode, pessoa com quem tiveram oportunidade de dialogar e trabalhar de forma cordial enquanto esteve no seu exercício de funções. -----

2. A Senhora Deputada Municipal Micaela Gomes Camacho, do GMM, dirigindo-se ao Senhor Deputado Baltasar Aguiar, disse que até ficou emocionada pela forma que falou da Dra. Luísa Clode, e embora não tenham privado desde o primário, teve o privilégio de com ela trabalhar profissionalmente no Conservatório de Santa Cruz e nesta Assembleia, e são também a favor deste voto de louvor. Porém, perante este voto têm de ser intelectualmente

11/197
Paulo Bruno

e moralmente honestos, porque desde o início era notório que a Dra. Luísa Clode não se sentia bem devido a um ambiente complexo, que não foi gerado pelo Grupo da Mudança. Desmentiu também, o argumento de abandono da Assembleia pelo Senhor Presidente, e justificou que as comemorações do dia 25 de Abril foi uma organização em parceria com a Câmara, e que por esse motivo o protocolo decorreu daquela forma. -----

Continuando disse que preza muito a solidariedade, mas que nunca vira a cara à luta que considera digna dos seus valores, que não é uma Senhora, mas uma Mulher e Socialista, e que embora a sua família seja humilde, não deixa de ser de boas famílias, de ser uma família tradicional e nem mais ou menos importante. Por isso pediu ao referido Deputado, para ter mais cuidado com essas palavras porque muitas vezes associa o nome da boa família à família tradicional. -----

Finalizou dizendo que a Dra. Luísa Clode foi eleita pela Mudança como Independente, e não pela lista do Partido Socialista, que sempre a respeitaram e sempre a irão respeitar. -

--- **A Primeira Secretária** colocou este Voto de Louvor à votação, tendo o mesmo **não sido aprovado com quinze votos contra do GMM, vinte abstenções sendo quinze do PPD/PSD, cinco do CDS/PP e seis votos a favor sendo três do PCP/PEV e três do PND.** -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira, do GMM, justificou que o voto contra do GMM não foi pela pessoa em questão nem pela sua posição partidária, mas pela forma como foi apresentado o voto de louvor. -----

2. O Senhor Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar, do PND, começou por esclarecer a Deputada Micaela Camacho, que é descendente de uma família de lavradores de Santo António, mas que em determinados meios, sabem afirmar uma posição, e que quando se está numa família, não falando em heráldica,

148
Paulo Baltasar

tendencialmente conservadora, ser socialista para si é uma questão meritória, sendo nesse sentido que falou da família Clode. -----

Quanto ao voto do Partido Socialista, considera que é um voto que espelha aquilo que se transformou a MUDANÇA, um poço de ressentimentos ideológicos, um exército partidariamente organizado por um partido, uma espécie de PSD invertido, daquele que já não existe agora, porque agora vê no PSD mais pluralismo do que neste PS. -----

--- Terminadas as declarações de voto a **Primeira Secretária** deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar, do PND, para apresentar o Voto de Louvor aos Senhores Vereadores da Câmara Municipal, Dra. Maria Filipa Jardim Fernandes, Dr. Gil da Silva Canha e Dr. José Edgar Marques da Silva**, o qual recusou usar da palavra porque o Senhor Presidente da Câmara não se encontrava presente na Sala, como estipula a lei, violando-a, e propôs à Mesa para suspender os trabalhos até que o Senhor Presidente da Câmara retorna-se à mesma, tendo a Primeira Secretária aludido que os trabalhos prosseguiriam porque não houve uma saída definitiva do Senhor Presidente, ao que o Senhor Deputado Municipal Baltasar Aguiar contestou dizendo que sempre que o Senhor Presidente abandone a Sessão tem de delegar as suas funções ou invocar impedimento o que o mesmo não o fez. -----

--- Por esta ocasião o **Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMM**, dirigiu-se à mesa solicitando a continuação dos trabalhos e que se cumpra com o Regimento para debater-se as questões essenciais que preocupam os funchalenses. Apelou também a todos os Senhores Deputados Municipais presentes, para trabalharem de forma eficaz em prol dos funchalenses, deixando-se de manobras partidárias de pura diversão, as quais, causaram, na última assembleia, à Presidente da Assembleia cansaço ao longo da sessão, em que um determinado Senhor Deputado, que agora “chora lágrimas de crocodilo”, foi um dos maiores provocadores da instabilidade dessa Assembleia.-----

14149
Paulo Baltasar

--- A Primeira Secretária voltou a dar a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar, do PND**, para apresentar o Voto de Louvor atrás referido, tendo o mesmo começado por alegar que regimentalmente não tem sete minutos mas sim catorze minutos, ao que a Primeira Secretária retorquiu que no Período de Antes da Ordem do Dia são sete minutos. -----

Referindo-se ao Voto de Louvor proposto, o Senhor Deputado disse que durante toda esta crise esteve calado e que durante a mesma passou a pior fase da sua vida política, mas que tinha chegado o momento de falar, e que por isso ia elucidar o seguinte: "no dia vinte e nove de setembro de dois mil e treze, esta Câmara foi eleita e pela primeira vez houve uma Coligação de oposição que ganhou uma Câmara, uma Câmara que tinha uma responsabilidade muito especial, eleita por uma equipa única e exclusivamente de Independentes, suportada por seis partidos. -----

Na tomada de posse, esta tem um Padrinho que se chama Senhor Seguro, do PS, vem acompanhar a posse de um Independente, ficando no cordão das autoridades, com primazia cerimonial. -----

Em fins de abril, fizeram um jantar promovido pelo Prof. Paulo Cafôfo, para contabilizar os seis meses da Coligação e fazer uma reflexão do que tinha sido o balanço da Câmara, sendo o mesmo extraordinário. Mas no dia seis de maio fui surpreendido com a informação de que o Prof. Paulo Cafôfo tinha decidido retirar as funções dos pelouros do Mercado e da Fiscalização ao Dr. Gil Canha, e transferir os pelouros dos Automóveis, Garagens e Reparações para o mesmo, e que ele próprio ia avocar para si a competência da Fiscalização e dos Mercados, tudo isto num cenário em que o Dr. Gil Canha tinha já perdido um Pelouro, com o pedido por parte da bancada do PSD para que se demitisse sem que o Presidente da Câmara tenha levantado a voz para o defender. -----

Posto isto, indaguei o Prof. Paulo Cafôfo, se isso estava consensualizado ao que ele

Ms 190
J.
Baltasar

respondeu que não, e retorqui que tinha de consensualizar, porque a Mudança é o Consenso e disse-lhe que ia levantar uma tempestade muito grande, ficando a conversa por aí". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD,** interpelou a Mesa para fazer referência ao tempo que está disponível para o novo Grupo Municipal do PND, porque invocaram tempos que no Regimento não existe. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar, do PND,** disse que o Deputado António Domingos Abreu tem razão, que não está determinado no Regimento o Tempo de Intervenção destinado ao Grupo Municipal do PND, mas queria recordar que quando esta Coligação começou, o PND tinha três Deputados, que teve um Vereador com visibilidade no anterior mandato, e que o PND quando fez o acordo de coligação ofereceu um dos seus Deputados para partidos que não tinham representação parlamentar, e que se não fossem da Coligação eram muitos mais. -----

Dirigindo-se à Mesa disse estar habituado aos "espartilhos" do tempo, mas que gostava que lhe dissessem qual é. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Edgar Freitas Gomes Silva, do PCP/PEV,** começou desde logo por fazer um apelo à Mesa que se venha a eleger, nesta Assembleia, para que tenha o maior cuidado no garantir do cumprimento do Regimento. -----

Sobre o voto em discussão, em seu entender, o superior interesse do povo do Funchal, não foi o que esteve subjacente a todo este lamentável processo, como tal não pode merecer voto favorável. -----

Lamentou também que passado tão pouco tempo, seis meses, os que se assumem agora, como tão contundentes críticos deste processo de Coligação, venham dizer que houve ingenuidade, que foram enganados ou que não estavam preparados ou alertados para o que poderia vir, porque muito antes, bem que os alertaram para todo um processo que não

Mo 151
Paulo Bruno

assentava compromissos com ideias e com um projeto. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Valdemar Berenguer, do GMM**, sugeriu que fosse atribuído ao novo Grupo Municipal do PND, sete minutos no período de antes da ordem do dia e nove minutos no período da ordem do dia, como refere o nº 3 do artigo 47º e por analogia com o PCP/PEV por omissões a Mesa poderá fazê-lo como refere o artigo 68º. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira, do GMM**, lembrou que o período de antes da ordem do dia, é de sessenta minutos, e que esse período é sempre ultrapassado, porque os Deputados não fazem a gestão de tempo para a apresentação das suas propostas, pelo que os sete minutos que o PND tem direito têm de ser divididos pelas três propostas por eles apresentadas. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar, do PND**, interpelou a Mesa para dizer que os sete minutos era a prática da gestão camarária do PPD/PSD, e esse “espartilho” que querem colocar é um “espartilho” à *Jaime Ramos*, sendo que o mais estranho é surgir por parte da Mudança. Continuou dizendo que têm regras, costumes e práticas que são adquiridas para sempre e essas práticas devem complementar a leitura dos documentos que têm, sete minutos para cada tema, foi o que sempre fizeram e que têm interpretado. -----

--- **A Primeira Secretária** contrapôs dizendo que são sete minutos repartidos, conforme exemplifica uma tabela que foi mandada distribuir pelos membros presentes na sala. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, GMM**, começou por congratular a Mesa pela forma eficaz que está a conduzir os trabalhos, embora com alguns percalços, porque alguns Deputados não facilitaram o normal funcionamento da Assembleia. -----

Em relação ao voto de louvor classifica-o de mais um voto provocador de política partidária

21/152
Baltasar

pura e simples. Importa voltar a página deste momento pouco feliz de algumas atitudes pessoais de alguns membros que foram eleitos para governar a Cidade do Funchal, e não para fazerem guerras pessoais ou político partidárias respeitando assim a vontade do eleitorado e fazer com que a maior Autarquia da Região volte à sua normalidade. -----

Disse que há uns tempos atrás, compreendia a estratégia do PPD/PSD de bloquear e atrapalhar o normal funcionamento desta Assembleia Municipal, agora não compreende a estratégia do PND, que é uma estratégia idêntica à do PPD/PSD. -----

Terminou dizendo que o Líder do PS, António José Seguro, na tomada de posse não teve nenhum lugar de relevo, simplesmente é um membro do Conselho de Estado que veio a uma tomada de posse e que tem esse direito. É um cidadão português com plenos direitos como qualquer um dos presentes e que se saiba o Funchal também pertence a Portugal.

--- De seguida a **Primeira Secretária pôs este Voto de Louvor à votação, sendo aprovado por maioria, com cinco votos a favor, dois votos do GMM, três votos do PND e com trinta e sete abstenções, sendo catorze do GMM, quinze do PPD/PSD, cinco do CDS/PP e três do PCP/PEV.** -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

1. O Senhor Deputado Municipal João Valdemar Berenguer, do GMM, disse que os Deputados do PTP, eleitos pela Coligação Mudança, estão de acordo com este voto de louvor, porque consideram o elevado trabalho desenvolvido pelos Vereadores que fizeram parte do anterior executivo, dando o melhor de si e do que sabiam.-----

2. O Senhor Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar, do PND, disse que na sequência do jantar, que referiu anteriormente, recebeu um convite para ir a um jantar, onde o Presidente da Câmara começou um discurso sobre os problemas das águas e destratando a Vice-presidente da Câmara, interrompeu-o dizendo que não podia falar dos Vereadores que não estavam presentes, continuando o mesmo com o seu

fls. 153
Baltasar

discurso. -----

Entretanto foi informado que estavam a anunciar na televisão que tinham sido retirados todos os pelouros ao Vereador Gil Canha, e voltou a interromper o Senhor Presidente da Câmara, perguntando-lhe se estavam a discutir uma coisa que já se tinha passado ou que se iria passar? O Presidente replicou para não o interromper mais. -----

De seguida continuou com o seu discurso das águas, ignorando o que tinha acontecido. Voltou a interrompe-lo e a questioná-lo, se era verdade o que vinha na imprensa, e como é que era possível que um Presidente de Câmara, que foi eleito por uma Coligação, tomasse decisões pessoais sem ouvir os líderes e os membros dessa Coligação? -----

Terminou afirmando que o que sucedeu é uma vergonha e que é também por isso que as pessoas que saíram merecem um louvor. -----

--- De seguida a **Primeira Secretária** voltou a dar a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar, do PND**, para apresentar o **Voto de Protesto pela destituição das Senhoras Secretárias, Beatriz Maria Fernandes Costa, Lisa Louise Andrade e Maria da Encarnação Gonçalves**, que começou por dizer que no dia em que o Senhor Prof. Paulo Cafôfo recebeu a demissão, exigida por ele, dos pelouros do Senhor Dr. Gil Canha, Dr. Edgar Silva e da Dra. Filipa Jardim Fernandes, sem estarem ainda conhecidos quem os substituíam, uma pessoa em nome do Dr. Paulo Cafôfo foi incumbido de informar as funcionárias que os Secretariavam para arrumarem as suas coisas e regressarem aos seus serviços de origem. -----

Opinando, disse que estas situações, que são difíceis de anunciar, devem de ser ditas pelo próprio e não por emissários, demonstrando o mesmo, falta de coragem de fazê-lo frontalmente. -----

Concluindo disse que o trabalho é sagrado, e que mais sagrado que o trabalho é a dignidade do trabalhador, por isso essas Senhoras merecem ser louvadas, merecendo o

46154
J. Freitas
R. Juvenal

Senhor Presidente da Câmara ser reprovado pela forma indecorosa como as tratou. -----

INTERVENÇÕES: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Edgar Freitas Gomes Silva, do PCP/PEV, considera que há questões que estão a ser trazidas a esta Assembleia, que ganham alguns tons de intriga naquilo que há de pior na relação entre as pessoas, porque estamos num órgão primeiro de governo da Cidade que tem dignidade, não lhes parece decoroso referir neste espaço apreciações de ordem pessoal e meramente subjetivas, questões completamente laterais que não têm carácter público nem oficial, imiscuindo-se até na vida interna de outros partidos. Não lhe parecendo que seja de bom-tom esta forma de relacionamento e de intervenção no âmbito desta Assembleia, lamentando pelo facto. -----

2. O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMM, disse que este voto não tem qualquer sentido porque o Senhor Deputado que interveio, um dos proponentes do PND, tem conhecimento que segundo a legislação em vigor quando alguém se demite ou renuncie um mandato todo o seu staff de confiança política também termina o seu mandato. -----

O que fica por entender é se por analogia, o PND alguma vez chegasse ao Governo iria continuar com os mesmos assessores? -----

Concluiu corroborando o Deputado Edgar Silva, e salientou que os madeirenses têm problemas muito graves para serem resolvidos, pelo que não devem deixar-se embalar por questões pessoais de mesquinhez que não têm a ver com a realidade, nem com o normal funcionamento das instituições. -----

--- Não havendo esclarecimentos por parte do Senhor Presidente da Câmara a **Primeira Secretária** colocou este ponto à votação, tendo o mesmo **não sido aprovado, com dezasseis votos contra, quinze votos a favor e dez abstenções.** -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

Nº 155
Baltasar

1. O Senhor Deputado Municipal João Valdemar Berenguer, do GMM, interveio dizendo que reconhecem toda a legitimidade do executivo de dispensar e escolher os elementos com quem querem trabalhar, o método usado poderá ser discutido, mas para bom funcionamento entre o executivo e a Assembleia, acham que não devem interferir em certos assuntos do executivo como o executivo também não deve interferir no que pertence unicamente à Assembleia Municipal, por outro lado não compreendem estes votos agora apresentados pelo PND, pois em Outubro quando foram nomeados os referidos membros, o PND não apresentou qualquer voto. -----

2. O Senhor Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar, do PND, começou por mostrar-se surpreso quando um voto que trata de questões laborais e respeito pelos trabalhadores, a réplica venha de um partido comunista. -----

Fez votos para que as Senhoras em questão não tenham sido tratadas, nem transferidas pelo Senhor Presidente da Câmara, do mesmo modo como procedeu com a Senhora D. Guida Vieira, numa reunião do Grupo Municipal Mudança para tentar uma ligação de consenso entre a Coligação. -----

3. O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, do GMM, interveio para elucidar que tanto os Assessores como as Secretárias são cargos de confiança política, pelo que quando os Vereadores cessam funções esse cargo cessa também. Informou ainda que essas mesmas Secretárias fazem parte do quadro de pessoal da Câmara Municipal por isso não foram despedidas, apenas com a renúncia dos respetivos Vereadores cessaram as funções que tinham. -----

4. O Senhor Deputado Municipal Edgar Freitas Gomes Silva, do PCP/PEV, disse que têm o maior respeito pelas pessoas que trabalham na Câmara Municipal, independentemente do lugar e da sua filiação político-partidária, e que tudo farão por os defender. -----

St 156
Paulo Baltasar

Em relação a este processo, se estiver em causa direitos laborais e matéria laboral, apelam às trabalhadoras em causa para que através do seu legítimo Sindicato ou através do Tribunal de Trabalho recorram legitimamente na defesa dos seus direitos laborais. -----

--- **A Primeira Secretária** informou que as Secretárias dos Senhores Vereadores renunciantes, não foram despedidas mas sim reconduzidas às funções anteriores. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar, do PND**, voltou a usar a palavra para esclarecer que o seu partido é constituído por uma coligação, composta por Eduardo Pedro Welsh, Donato Paulo Vares Macedo e Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Edgar Freitas Gomes Silva, do PCP/PEV**, usufruiu o período de antes da ordem do dia, para colocar uma questão, que no seu entender, é da maior relevância para o Funchal e para as políticas do Funchal, e que tem a ver com os problemas da habitação. -----

Recordou assim, que em novembro de dois mil e treze, requereram um debate previsto no regimento sobre a problemática da habitação no concelho do Funchal, mas porque até ao momento ainda não teve agendamento possível, lamentavelmente, o mesmo ainda não se realizou. -----

Consideram a habitação um problema humano e familiar que não cessa de crescer neste tempo de crise, e nada mais afeta a resolução de tão grave problema do que a insensibilidade e a indefinição de orientações, importa por isso, vencer insensibilidades ultrapassar indefinições e requerer medidas urgentes e extraordinárias para fazer face a este gravíssimo problema. -----

Para além disso a Câmara Municipal do Funchal tem todo um património imobiliário em que os maiores bairros ou os bairros mais degradados do concelho do Funchal são da responsabilidade direta da mesma, nos quais é premente intervir porque existem problemas

#157
Rachid

gravíssimos, tais como coberturas com materiais de amianto com fibro cimento. -----

Destacou ainda os bairros mais degradados que não reúnem as condições mínimas de habitabilidade digna no concelho do funchal, como o da Quinta das Freiras, a parte dos apartamentos vermelhos na Ribeira Grande, da Ponte e da Penha de França e que há muito têm prometida uma intervenção reabilitadora. -----

Para estas recuperações, interpelou a Câmara de quanto vai disponibilizar, quais são os bairros que vão ser recuperados e para quando está prevista esta intervenção. -----

Disse ainda ser importante saber, face às três mil famílias inscritas com gravíssimos problemas de habitação, mencionadas no diagnóstico feito pela Câmara, quantos fogos de habitação a Câmara vai construir, quantas famílias terão resposta habitacional no quadro da renda apoiada, quantas famílias terão habitação social para arrendamento social, quantas famílias receberão apoio para pagamento da renda de casa ao abrigo do aluguer ou subaluguer de habitações existentes no mercado habitacional do Concelho do Funchal. Referiu-se também ao problema das casas do vinte de fevereiro que no Concelho do Funchal, quatro anos depois, também constitui um gravíssimo problema que está a ser adiado e que nos envergonha a todos perante a catástrofe que foi e perante os compromissos que o Estado Português, Governo da República e Governo Regional da Madeira e inclusivamente da Câmara, assumiu de pronta intervenção e socorro de em dois anos resolver o problema. -----

Questionou ainda para quando um Plano de Emergência Habitacional no Concelho do Funchal, quais as estratégias em relação à gestão do parque habitacional e com que dinheiro e meios financeiros em concreto vai a Câmara disponibilizar. Porque esta área é concreta e testemunha e certifica a verdadeira preocupação social não só a nível de medidas existencialistas mas desde logo no âmbito das competências autárquicas. -----

Concluiu dizendo, que a cidade precisa de respostas concretas e urgentes e perante estas

4/158
Paulo Cafôfo

respostas também precisam de as conhecer. -----

--- **A Primeira Secretária** esclareceu o Senhor Deputado Edgar Silva que já existiram reuniões com vista ao debate por eles proposto, mas perante a situação extraordinária que sucedeu na Assembleia, contactou a Senhora Deputada Herlanda Amado para explicar-lhe que, uma vez que estava no papel de substituição do Presidente da Assembleia, deixariam o debate para depois da eleição da mesa desta Assembleia. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Elisabete Mendonça Andrade, do PPD/PSD,** interveio dizendo que finalmente se começa a falar de uma coisa que é do interesse dos munícipes, porque há uma série de sessões que pessoalmente acha que foi eleita para coisa nenhuma, achando que todos devem refletir que foram eleitos para defender o povo e os interesses dos Munícipes do Funchal. -----

Em termos de trabalho em prol dos mesmos, não sente que algum dos presentes tenha trazido algum acrescento àquilo que tenham sido as necessidades das pessoas. -----

Durante todo este tempo tem ouvido falar que o PPD/PSD continua convencido que é poder, mas o que é grave é que quem tenha ganho a Câmara não exerça o poder. Pois foram eleitos para mandar, por isso mandem e exerçam o poder porque o que continuam a assistir, desculpando-se da picardia, é que os gatos continuam a assanhar-se dentro do saco e que culpam quem os meteu lá dentro pelo facto de não conseguirem se entender, considerando-o de política muito baixinha. -----

Concluiu achando que o Funchal merece muito melhor. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD,** lamentou que o pedido de debate feito em novembro pelo PCP/PEV, sobre um tema tão importante, tenha sido protelado, não necessariamente pela inércia e pela incapacidade do executivo liderado pelo Presidente Paulo Cafôfo. -----

De seguida explanou o saber que possui sobre a preparação deste Debate, referindo que

36159
Racalob

em sede de reuniões de representantes dos Grupos Municipais, foram feitas várias propostas para que o mesmo fosse feito com toda a informação e alimentado por todos os atores sociais, institucionais e individuais com valências técnicas, que permitissem uma abordagem completa e detalhada, para além da própria proposta que foi submetida pelo PCP/PEV. -----

Mas todas as iniciativas e propostas no sentido de se preparar esse Debate, atempadamente e da melhor forma, foram rejeitadas liminarmente, sendo alegadas razões de falta de tempo, de custos e indisponibilidade de agenda, pela Coligação Mudança, pelo executivo, pela sua representante e pela própria Senhora Presidente da Assembleia Municipal à época. -----

Na sua opinião, essa manifesta e premeditada deliberação de não fazer o Debate, já tem consequências porque do ponto de vista regimental já não é possível fazer outro debate este ano, e como estão a trabalhar no sentido de apresentar algumas propostas sentem-se coartados desse direito, uma vez que não se pode fazer dois debates no mesmo semestre, sendo este o resultado da não governação, do folclore e da fotografia do projeto para gerir a cidade. -----

Terminando desejou que a organização dos trabalhos na Assembleia melhore, porque a gestão do período de antes da ordem do dia não tem servido o propósito para o qual lá estão, dando como exemplo o terem começado pela eleição da mesa. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Micaela Gomes Camacho, do GMM**, dirigiu-se ao Senhor Deputado Domingos Abreu para dizer-lhe que o mesmo faltou à verdade, porque por ter faltado à primeira reunião, foi remarcada uma segunda em que o mesmo deu um murro na mesa e bateu com a porta, abandonando a sala de representantes, por não gostar do que foi decidido no grupo. -----

Concluindo, elucidou-o que o Grupo Mudança teve o cuidado de ligar à Assembleia

6/1/80
Paulista

Municipal questionando em que ponto se encontrava o debate, porque consideram que esse debate é fundamental e que tem de ser feito com a maior rapidez, pois a problemática de habitação no Funchal é uma grande preocupação e não um folclore como o disse o Senhor Deputado. Por fim disse-lhe, que embora nunca tenha faltado ao respeito a ninguém, com ele iria fazê-lo, porque ele mente e quem mente é mentiroso. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar, do PND**, disse não perceber esta questão adjetiva, porque embora só se possa organizar um debate em cada semestre, é possível a realização de sessões extraordinárias, com apenas esse tema, sendo também possível à Assembleia, nessa sessão extraordinária, constituir uma comissão que acompanhe todas as deliberações que venham a ser tomadas. Depois dirigiu-se à Deputada Elisabete Andrade, dizendo que se há questões municipais importantes que ficaram por tratar, supõe que a mesma tem a liberdade para usar da palavra, visto ser esta a primeira vez que se constata a sua intervenção. -----

Contudo concordou que não se tem falado de questões municipais, e aqui faz a sua meia culpa, e culpa também a Mudança, porque esta não foi a Mudança que deveria de ter sido. Acrescentou que embora pertença às pessoas que mais acreditaram nessa Mudança, agora tem dúvidas que a mesma consiga aguentar um ano, e se tal suceder vai governar mal a cidade, porque vai voltar aos velhos métodos dos facilitismos e dos amiguismos, sendo esta a Câmara no futuro e não era isto que queria de uma Câmara no futuro. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD**, em defesa de honra dirigiu-se à Deputada Micaela Camacho dizendo que não lhe causa desconforto ser chamado, por ela, de mentiroso pois vindo dela considera até um elogio. De qualquer modo, para esclarecimento da Assembleia, porque a mesma aludiu a situações que não referiu, começou por dizer que não compareceu à primeira reunião justificando-se à Senhora Presidente, sabendo também a Senhora Deputada, o motivo da sua ausência,

26/167
Paulo Baltazar

que foi devido à doença grave e súbita do seu Pai. -----

Na segunda reunião, abandonou a sala porque constatou que não havia abertura para nenhuma proposta, nem sequer para as discutir em termos de benefício ou de desvantagens, relativamente àquilo que era alimentar um debate e uma sessão com dignidade como se pretendida, pois após diversas tentativas, propostas pelo seu Grupo, de organizar o tal debate de auscultação, a resposta merecida foi um Não, e justificaram-se dizendo que não tinham tempo, que isso custava dinheiro e que tinham mais que fazer. ---
Concluindo, voltou a solicitar que se façam atas dessas reuniões pois até agora o seu pedido não foi acudido. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP,** começou por dizer que o CDS/PP ultrapassa estas questiúnculas pessoais, porque estão aqui para defender e propor, em nome dos cidadãos do Funchal, propostas que vão de encontro aos mesmos, sendo este o órgão de soberania onde se deve propor e não se indiciar perante os atos. Como já o fizeram com o Conselho Municipal de Juventude, o Prémio Jovem de Empreendedorismo, e outras circunstâncias. -----

Como tal, colocou algumas questões ao Executivo e ao Senhor Presidente da Câmara: --

1 - ASA -----

1.1 - O Executivo Camarário tem alguma tomada de posição pública ou interna dentro do seu executivo? -----

1.2 - Continuar-se-á a dar apoios a essa Instituição? -----

1.3 - As pessoas que ainda têm processos a decorrer, onde podem dirigir-se? -----

2 - Auditoria à Câmara Municipal do Funchal -----

2.1 - Qual o ponto da situação, e o seu prosseguimento? -----

3 – Futuro Quadro de Apoio -----

3.1 - O atual Vereador da tutela das finanças vai traçar o mesmo quadro estratégico da sua

162
Paulo Roberto

antecessora? -----

4 – Terrenos da Praia Formosa -----

4.1 - Qual o desenrolar e a posição da Câmara sobre esta matéria? -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, do PND**, sugeriu que estas questões que foram levantadas, legitimamente, e que são de interesse fossem respondidas aquando do ponto três da ordem do dia, que é o relatório do Senhor Presidente, uma vez que já foi ultrapassado o período de antes da ordem do dia. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV**, interveio para questionar a Mesa de que forma irá conduzir os trabalhos na parte da tarde, uma vez que ainda não entraram no período da ordem do dia e o mesmo contempla oito pontos na ordem de trabalhos. -----

--- **A Primeira Secretária** respondeu que a partir da eleição da Mesa os tempos serão controlados com mais rigor uma vez que neste momento, a Mesa encontra-se com menos um elemento, o que tem dificultado a condução dos trabalhos. -----

Posto isto, deu por encerrados os trabalhos para o período de almoço, informando que os mesmos retomariam às catorze horas e trinta minutos. -----

--- Após o intervalo do almoço, a **Primeira Secretária** reiniciou os trabalhos informando que a Mesa decidiu dar por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia, passando assim para o Período da Ordem do Dia, ultrapassando o Ponto um, uma vez que o mesmo foi já analisado aquando da informação das substituições dos membros da Assembleia, não tendo ainda o mesmo sido consensual na reunião de líderes, passando-se assim, ao **Ponto 2 - Eleição da Mesa da Assembleia Municipal**, que será realizada através de eleição pluralista e por escrutínio secreto ao abrigo das disposições legais contidas no artigo 46º, nº 1 da Lei nº 169/99, de 18 de setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de setembro e o artigo 21º do Regimento desta Assembleia Municipal. -----

86/163
Belbut

--- Continuamente apresentou a **proposta apresentada pelo Grupo Municipal MUDANÇA, para a Mesa da Assembleia Municipal**, constituída por, **Presidente –** Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, eleito pela Coligação MUDANÇA; **Primeira Secretária –** Paula Cristina Mourinho Belbut Gonçalves, eleita pela Coligação MUDANÇA; **Segunda Secretária –** Nélia Maria Gouveia Vieira Aguiar, eleita pelo CDS/PP. -----

INSCRIÇÕES: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMM, disse que esta eleição irá trazer uma certa normalidade de funcionamento desta assembleia, colocando os interesses dos Municípes do Funchal em primeiro lugar, porque para o grupo que representa, a estabilidade política e o normal funcionamento das instituições é fundamental. -----

Teceu ainda, algumas considerações sobre o Deputado eleito de forma legitima pela lista da Coligação MUDANÇA, Prof. Rodrigo Trancoso, dizendo que é uma pessoa com experiência política, com perfeitos conhecimentos do normal funcionamento da Assembleia Municipal, porque já desempenhou o cargo de Deputado Municipal há já alguns anos, e que certamente esta Mesa e este Presidente será o Presidente de todos os Deputados Municipais, de todos os grupos e de todos os funchalenses. Saberá ainda, encontrar formas de entendimento e de consenso, das diferentes vontades expressas neste "parlamento" dos funchalenses e será uma Mesa que continuará e reforçará a dignificação da Assembleia Municipal do Funchal. -----

Concluiu dizendo que para além de uma renovação de Presidente é também uma continuação do primeiro e segundo secretários, que irá refletir o desejo legítimo e claro de todos os Funchalenses, que se expressaram nas últimas eleições autárquicas no dia vinte e nove de setembro do ano transato. -----

2. O Senhor Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves Aguiar,

Rosa Maria Lopes Cravidão G. de Oliveira

do PND, objetou que a MUDANÇA tinha como princípio fundamental designar para os lugares cimeiros da Câmara, pessoas independentes não filiadas em partidos, e que ainda há na lista de candidatos da Coligação da MUDANÇA pessoas com esse estatuto de independentes. Por isso reconhece que a eleição agora de uma pessoa não independente para a presidência da Mesa da Assembleia Municipal é uma clara violação do espírito que fundou a constituição da Coligação MUDANÇA. -----

Entende ainda, que a circunstância da pessoa agora designada não ter sido diretamente eleita e ser apenas um substituto ou suplente, fere, em termos que podem ser muito complexos da pessoa em causa, a legitimidade política que deve existir a quem exerce estas funções. -----

Continuando disse ter pela pessoa Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, uma enorme consideração pessoal e que por isso tem a obrigação de se lhe dirigir, dizendo que o mesmo entra com uma dificuldade que não será pequena, e que vai ter pela frente um Presidente de Câmara que tem para com os Presidentes das Assembleias um comportamento muito difícil de tolerar, e com prepotência, que cilindrou três Vereadores, uma Presidente de Assembleia e afastou uma das mulheres que mais admira na política da Madeira, a Senhora D. Guida Vieira. -----

--- Por esta ocasião a **Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Lopes Cravidão G. de Oliveira, do PPD/PSD**, interferiu para pedir à Mesa que advirta o público que não pode manifestar-se e expressar as suas opiniões. -----

--- De seguida, foi de novo dada a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Baltasar Aguiar, do PND**, que continuou dizendo que espera que o Prof. Rodrigo Trancoso, não se deixe aliciar para "companhias" negativas, desejando-lhe contudo as melhores felicidades para o seu exercício, sabendo porém, que irá ter mais escolhas no caminho do que facilidades para receber. -----

Bl 165
J.
Beate

3. O Senhor Deputado Municipal Edgar Freitas Gomes Silva, do PCP/PEV, referiu que a ordem de trabalhos neste ponto prevê a eleição da mesa e não a sua discussão, como prevê o artigo 21º. Como tal, supõe que estarão necessariamente obrigados a passar à correspondente votação. -----

--- **A Primeira Secretária** agradeceu o esclarecimento do Deputado Edgar Silva e passou de imediato à **votação da lista proposta**. -----

Não havendo mais nenhuma lista proposta, a lista apresentada foi denominada Lista A. De imediato foram distribuídos os papéis para a votação, sendo depois recolhidos por ordem de chamada. -----

Após a contagem pelos escrutinadores Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD; João Valdemar Berenguer, do GMM e Nélia Maria Gouveia Vieira Aguiar, do CDS/PP, a mesma foi **eleita com dezanove votos a favor, doze brancos e onze nulos**. -----

--- De imediato a nova Mesa tomou posse, tendo o novo Presidente da Assembleia Municipal do Funchal, Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso agradecido o voto de confiança depositado na sua pessoa, tencionando tudo fazer para prestigiar e dignificar o cargo que agora lhe foi empossado, cumprindo e fazer cumprir as normas regimentais para que aquela Assembleia seja um exemplo para todos os Municípes que os elegeram e a quem todos representam. -----

Espera também, contar com a colaboração de todos para que todos os trabalhos decorram, até ao fim do mandato, com a maior urbanidade possível, não descurando que no debate político deve estar sempre presente a acutilância e o serem incisivos na defesa das suas posições, mas sempre que essas divergências sejam dirimidas e balizadas pelo respeito pessoal, não ultrapassando certos limites. -----

Têm ainda o dever perante quem os elegeu de dar uma imagem de civismo na discussão e debate, porque acima de tudo o que os guia naquela Assembleia são os interesses dos

fls 166
[Handwritten signature]

Cidadãos e dos Municípes que os elegeram, devendo ser sempre esses interesses que os devem nortear nas suas ações como prioridade, sendo todo o resto menorizado e secundarizado. -----

Antes de dar continuidade aos trabalhos, sugeriu que, tendo em conta a situação suscitada, devido aos tempos, no Período de Antes da Ordem do Dia, e dado haver agora uma lacuna no Regimento pelo facto do PND ter saído do GMM e ter constituído um novo grupo municipal, sem prejuízo de uma posterior e inevitável alteração ao regimento, que terá de ser feita, deixou à consideração do plenário que no período da ordem do dia da sessão daquele dia, ficasse estabelecido que o grupo do PND pelo facto de ter três Deputados, ficaria com o mesmo tempo que o grupo do PCP/PEV, que são catorze minutos, e que o GMM pelo facto de ter ficado com o mesmo número de Deputados que o PPD/PSD, passasse a ter cinquenta e três minutos, achando que esta proposta não merece discordância porque põe em igualdade de circunstâncias os grupos com o mesmo número de Deputados. Não havendo objecção por parte do plenário, o Senhor Presidente disse que naquele dia, para o período da ordem do dia, o GMM e o PPD/PSD ficam com cinquenta e três minutos, o CDS/PP com vinte minutos, o PCP/PEV e o PND com catorze minutos. Estes tempos serão usados em cada um dos pontos da ordem de trabalhos, e pediu a colaboração de todos, porque irão ser rigorosos no cumprimento dos mesmos para evitar que a sessão se prolongue para outro dia. -----

De seguida passou ao **ponto três que diz respeito à apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, em observância do disposto na al. a) do nº 2, do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro**, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -

--- **O Senhor Presidente da Câmara** começou por dirigir-se à Mesa eleita desejando a Sua Excelência o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o maior sucesso no desempenho

16/67
Paulo

das suas funções, que sabem e já viram desde o início deste mandato que não é fácil. Lembrando que a Dra. Luísa Clode, não teve a vida fácil na condução dos trabalhos, bem como as Primeira e Segunda Secretárias, naquele dia também não o tiveram, aproveitando para as congratular pela forma como conduziram os trabalhos até então. -----

Dirigindo-se novamente ao Presidente da Mesa, disse pensar que a Cidade ficará a ganhar e que o Executivo da Câmara tem toda a confiança, na sua capacidade e na forma, que consideram que tem, para dirigir este trabalho. -----

À Primeira e Segunda Secretárias desejou-lhes muitos parabéns e votos de muito sucesso para bem da Cidade do Funchal. -----

Antes de dar início à sua intervenção, evidenciou a sua satisfação por falarem da Cidade, porque infelizmente muitos assuntos completamente acessórios, desviam-nos daquilo que é a função de todos os presentes, que é discutir os problemas da Câmara e não outros assuntos que considera não serem relevantes nem dignificarem esta Casa. -----

Posto isto, começou por falar sucintamente, naquilo que foi o relatório de atividade da Câmara, destacando as seguintes questões: -----

1. Programa da Participação de Medicamentos a Idosos: antes de mais quis salientar a colaboração e presença dos Presidentes de Junta e dos Centros Comunitários, numa reunião com a Senhora Vereadora do Pelouro, para ficarem ao corrente e opinarem sobre o programa, que foi apresentado no dia dezassete de junho, e que se iniciou com a ajuda de todos não só na sua divulgação e promoção mas também na sua execução. -----

Tendo a certeza que surgirão situações a corrigir manifestou disponibilidade e abertura, esperando o mesmo da parte de todos os presentes, para melhorar um programa que pela primeira vez se implementou no Funchal, esperando que tudo corra com a normalidade pretendida. -----

2. Programa de Revitalização do Comércio do Funchal: referiu que este programa foi

#168
J.
Paulo Beltrão

aprovado no dia vinte e oito de novembro de dois mil e treze, e evidenciou que os pontos referentes à redução de cinquenta por cento das taxas de ocupação da via pública e de licenciamento de publicidade e o registado da Marca "Funchal - Comércio Tradicional", foram já executados. Saliu que esta Marca irá proporcionar campanhas de marketing, publicidade, eventos, roteiros e merchandising, dinamizando todo um comércio tradicional da Cidade do Funchal. -----

Acrescentou que nos últimos meses foi desenvolvido um estudo aprofundado de caracterização do diagnóstico do comércio do Concelho do Funchal, que será apresentado publicamente no dia dois de julho. Considera este diagnóstico fundamental para estabelecer a estratégia e todo um programa de medidas e ações que se pretende implementar, visando a melhoria do comércio do Funchal. -----

Destacou que este programa poderá ser uma alavanca na dinamização da economia local, envolvendo os comerciantes, os empresários, as associações e os sindicatos numa tarefa que terá de ser de todos e que proporcionará oportunidades de emprego, que em última análise é aquilo que se pretende. -----

3. Plano de Requalificação do Mercado da Penteadada: começou por dizer que este Mercado tem estado, infelizmente, numa via decadente naquilo que é o fecho das lojas que tem como consequência drástica o efeito de contágio e de arrastamento, pois o fechar de uma loja implica que depois uma série delas sejam afetadas e acabem também por fechar. Por isso, uma das medidas desenvolvidas foi contactar os comerciantes ouvindo os seus problemas e inquirindo a sua opinião para a resolução dos mesmos. -----

Como tal, tomaram já uma iniciativa de criação de um parque de estacionamento, controlado por uma cancela, que beneficiará o consumidor daquele espaço de na primeira hora ter um desconto de acesso. -----

Deste plano de requalificação, enunciou três vetores de intervenção, nomeadamente o

861969
Paulo Bett

espaço físico interior e exterior, a ponderação do tipo de atividades a concessionar de forma que umas possam ajudar as outras e uma dinamização de eventos que atraiam as pessoas ao Mercado da Penteada. -----

4. Aprovação do procedimento para o concurso público para as obras do Lido:

referenciou que este procedimento é mais do que uma urgência para a Cidade do Funchal, por aquilo que aquele espaço simboliza historicamente e por a Cidade necessitar daquele espaço não só para os Municípes mas também do ponto de vista turístico. -----

Como tal, foi já lançado o concurso público no valor de dois milhões e meio de euros e terá de estar concluído no segundo semestre do ano de dois mil e quinze. -----

5. Reabertura das praias balneares ao público:

no sentido de criar boas condições balneares, e de acesso às mesmas a todas as pessoas, numa Cidade que é virada para o mar, enunciou as praias que já reabriram ao público: Complexo Balnear da Barreirinha, Doca do Cavacas, Praia Formosa, uma parte do Lido, Praia do Gavinas (Gorgulho) e a Ponta Gorda, faltando concluir as obras na Praia de S. Tiago, porque as obras da frente mar que estão a ser realizadas pelo Governo Regional, ainda não o permitiram. -----

Revelou também, que nas praias que têm entrada paga, foi aprovada a redução do valor dos bilhetes em atenção às crianças e às pessoas idosas. -----

6. Execução Orçamental da Câmara Municipal:

nos primeiros cinco meses, e da última análise que foi feita em trinta e um de maio, verificou-se que está executado trinta e cinco por cento da receita e trinta e um por cento da despesa, havendo aqui um aumento de um milhão e quatrocentos mil euros, face ao valor orçamentado, devido ao valor de dois projetos do PODERAM, que não estavam e foram incluídos. -----

6.1 - Equilíbrio Orçamental:

existe um desequilíbrio orçamental de, sensivelmente, três milhões e trezentos mil euros, no entanto, acham que o Município do Funchal neste momento reúne as condições para cumprir com o equilíbrio orçamental, prevendo-se até

fls 170
Paulo Roberto

ao final do ano uma arrecadação de sete milhões de euros de receita do IMI. -----

6.2 - Saldo de Tesouraria: até trinta e um de maio o saldo de tesouraria era de seis vírgula três milhões de euros, superior em três vírgula nove milhões de euros, relativamente a trinta e um de março. -----

6.3 - **Análise da Receita:** comparativamente ao período de dois mil e treze, houve uma redução de vinte e oito milhões de euros na receita arrecadada, que se deveu ao efeito PAEL e que neste momento não se faz sentir. Retirando o efeito PAEL, obtiveram um aumento de seis mil euros face ao ano de dois mil e treze. -----

6.4 - Análise da Despesa: mais de metade da despesa é de funcionamento, nomeadamente, despesa com o pessoal e com a aquisição de bens e serviços. Comparativamente com dois mil e treze observou-se uma diminuição de vinte e cinco milhões de euros, sobretudo na aquisição de bens e serviços, transferências correntes e na aquisição de bens de capital, e mais uma vez observa-se a questão do efeito PAEL. -----

A política de contenção que tem sido seguida pelo executivo permitiu uma poupança de mais cinco vírgula um milhões de euros, face a igual período de dois mil e treze, nomeadamente uma poupança de dois milhões e meio relativamente a três rubricas: Combustíveis e Lubrificantes, Comunicações, e Vigilância e Segurança. -----

6.5 - Dívida do Município: esta, a trinta e um de maio ascendeu a noventa milhões de euros, inferior em um milhão vírgula quatro mil euros no que diz respeito às últimas contas apresentadas a trinta e um de março. -----

6.6 - **Créditos do Município:** as dívidas de terceiros ascendem a dezanove milhões e novecentos mil euros, tendo-se registado um decréscimo de quatrocentos mil euros relativamente a março. -----

6.7 – Execução do Programa de Apoio à Economia Local: a verba de vinte e oito milhões e meio de euros, do empréstimo PAEL, foi totalmente utilizada para o pagamento de

Handwritten signature and initials in the top right corner.

despesas, e em termos de prestações já foram pagas duas prestações no valor de dois milhões de euros. -----

INSCRIÇÕES: -----

1. A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV, começou por felicitar o Senhor Presidente da Assembleia por estas novas funções e esperam que a partir de agora, esta Assembleia volte a ter o respeito que merece e que nunca deveria ter faltado, porque a partir do momento que alguém se desrespeite dentro desta Casa, diretamente está a desrespeitar quem os elegeu. -----

De seguida teceu algumas dúvidas referentes ao relatório apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara: -----

- Se houve um apuramento de responsabilidades e que medidas foram tomadas, sobre as descargas ocorridas junto da Praia Formosa. -----
- Esclarecimento sobre os terrenos da Praia Formosa. -----
- Qual o desenvolvimento sobre a questão da ETAR, colocada há cerca de dois meses, em que o Senhor Presidente disse aguardar a abertura do financiamento do quadro de apoio comunitário, para serem encetadas consultas a empresas para projetos e orçamento. ----
- Se já possui informação sobre o edifício conhecido por Cajú, que recentemente voltou a sofrer a cedência de pedras da fachada. -----
- Por fim, uma questão colocada por munícipes, sobre os aviários de São João Latrão, por tratar-se de uma questão de saúde pública e que já se arrasta há algum tempo. -----

2. O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, do PND, começou por felicitar o novo Presidente da Assembleia desejando-lhe um bom trabalho. -----

Depois quis elucidar o Grupo de que fazia parte, sobre o que se passou, dizendo que embora se sinta bastante contrariado, gostou muito de trabalhar com todos e que **não** existiram algumas divergências ideológicas, como apontam. Qualquer divergência

Al. 172
Pereira

ideológica, que possa ter havido, só serviu para enriquecer o debate do grupo, que, em conjunto, fez um trabalho notável. -----

Continuando disse que quando houve a formação do grupo, embora tenha havido outros partidos que hesitaram, eles quiseram desde logo, apoiar aquela dinâmica no tempo das eleições e dar continuidade a um projeto que tinha um significado muito mais amplo do que esta própria Câmara. No entanto, lamenta que não os posso acompanhar, por várias razões, exemplificando com as que foram invocadas para afastar e retirar os pelouros da fiscalização e dos mercados do Dr. Gil Canha, onde foram confrontados com o facto consumado. -----

Dirigindo-se ao Deputado Municipal Domingos Abreu, do PPD/PSD disse que apoiaram uma Equipa onde havia uma certa incógnita que se chamava Paulo Cafôfo, porque não tem historial politico, não por não ser conhecido pelas pessoas e pelos media, mas um historial de decisões de intervenção pública e politica, que os permitisse avaliar o seu futuro empenho. -----

Mas tinham nessa equipa, alguém que teve uma intervenção cívica muito grande desde a década de noventa, que enfrentou o regime, que escrevia no diário satirizando o regime, que teve uma intervenção ambiental através da Associação COSMOS, que continuou com todos esses projetos e que sempre teve uma intervenção cívica muito além de qualquer protagonismo politico, não precisando de um partido para fazer a batalha que ele achava justa. Sabiam sempre quais eram as suas posições, quais eram as suas reações perante quaisquer pressões, aliciamentos e imprevistos, sabiam com quem contavam. -----

Porém, a pessoa que não tem nada que se saiba em termos de combate contra este regime ou de posições de intervenção cívica, decide afastar alguém com a categoria do Dr. Gil Canha, com o passado que todos conhecem e com a integridade que ele tem, sendo assim lamentavelmente não podem manter-se na Coligação MUDANÇA. -----

86 173
Paula Brito

Contudo, diz não censurar os novos Vereadores nem os membros da Coligação por quererem continuar o projeto, porque também gostaria de continuar o projeto, pois também tem os ideais de MUDANÇA, de querer criar uma alternativa para esta Região, mas infelizmente já não pode acreditar neste Presidente e nas soluções que lhes foram postas à frente. -----

Concluindo disse que é com grande tristeza que tiveram de sair da Coligação MUDANÇA, desejando a todos a melhor sorte. -----

3. O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva Abreu, do CDS/PP, começou por dar as boas vindas ao novo Presidente da Assembleia, desejando-lhe o melhor sucesso no seu mandato e na sua nova importante posição, que é presidir um órgão com a importância que tem a Assembleia Municipal. -----

Continuando disse que ouviu com atenção o Senhor Presidente da Câmara, quando os elucidou sobre os trabalhos que foram feitos nos últimos cinco meses, por isso gostaria de levantar três pontos: -----

1. Programa de Comparticipação de Medicamentos a Idosos: por a bancada do CDS/PP ter conhecimento de que tem havido falta de comunicação e de confusão dos munícipes, na forma como irá decorrer este programa, nomeadamente onde dirigir-se para a aquisição das senhas ou dos cartões, gostariam de ser melhor esclarecidos, do modo em que irá processar-se, em termos práticos, a execução deste programa, que é importante e que os idosos tanto anseiam pela sua execução. -----

2. Revitalização do Comércio: este programa visa e tão só, uma redução em termos práticos junto dos comerciantes, da comparticipação em cinquenta por cento no que toca a licenças e taxas de publicidade. Como tal, questionou se os comerciantes já foram informados dessa possível redução, uma vez que os mesmos têm de a requisitar por escrito, caso contrário continuam a ter anualmente o mesmo valor do que pagariam antes

Ms 974
Paulo Barbot

da aplicação deste programa. -----

3. Programa Câmara à Porta: visto até agora ter dado entrada apenas treze processos, em que apenas dois tiveram acesso de acordo com o regulamento, argumentou sobre qual a execução que pretendem ter no final deste ano de dois mil e catorze, e se será necessário alterar o regulamento de forma a tornar-se mais prático o acesso ao mesmo. -----

4. Análise Orçamental: sobre esta matéria mostrou preocupação sobre as responsabilidades assumidas por este município que só de janeiro a maio correspondem a quarenta e nove milhões de euros, isto é, no que toca a despesa corrente já têm compromisso do exercício em cinco meses de sessenta e três por cento daqueles que foram aprovados em termos de orçamento já corrigido, e no que toca a despesa de capital já corresponde a quarenta e seis por cento daquele que foi aprovado. -----

Julga que são responsabilidades assumidas acima da média daquilo que era esperado, atendendo que a execução não ultrapassa os trinta e um por cento e existem responsabilidades assumidas que nas duas componentes somadas, têm uma média de cinquenta e sete por cento. Por isso, julga que terão de ter uma atenção especial, de modo a poder cumprir com aquilo que é assumido, e poder executar de acordo com aquilo que foi assumido publicamente junto dos fornecedores e junto das restantes entidades. -----

5. Desequilíbrio Orçamental: o Senhor Presidente referiu que o que põe em causa o desequilíbrio orçamental não é a componente entre a receita corrente e a despesa corrente, mas sim a necessidade e o compromisso das amortizações em termos de empréstimo a médio e longo prazo. Como tal, surgem-lhes dúvidas se a Câmara tem tesouraria e capacidade financeira, não só para pagar aquilo que foi assumido, mas para ter capacidade de amortizar o capital de financiamento que corresponde a oito vírgula oito milhões de euros, valor que põe em desequilíbrio em termos orçamentais. -----

6. Venda de bens e serviços correntes: sobre esta matéria, chamou a atenção para a

175
Paulo Barros

verba da venda de resíduos para reciclar. Até maio do ano de dois mil e treze, a Câmara anterior, teve uma receita de quatro vírgula sete milhões de euros, em igual período do corrente ano não ultrapassou os trezentos mil euros, por tal, preocupa-lhes esta baixa significativa levando-os a questionar sobre o que se passa na reciclagem? Se há um acordo que a Câmara pretende fazer com os compradores que tinham na anterior Câmara? Que explicação dá razão a esta diferença? -----

Acrescentou ainda, que embora se verifique que houve preocupação e rigor na contenção e redução da despesa corrente, que é de louvar, preocupa-lhes se haverá execução orçamental e capacidade financeira de tesouraria, para poder cumprir com as responsabilidades assumidas até ao momento, que corresponde a cinquenta e sete por cento do valor já orçamentado, para poder regularizar os empréstimos de médio e longo prazo que se preveem difíceis, dado o desequilíbrio orçamental apresentado até maio. ---

4. O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP, começou por felicitar o Presidente da Assembleia pelas suas novas funções empossadas durante a tarde de hoje. -----

Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara voltou a referir-se sobre o que expôs anteriormente referente ao apoio à ASA; à Auditoria financeira à Câmara; à questão do quadro comunitário e à questão da Praia Formosa. -----

5. O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortes, do PPD/PSD, também começou por felicitar o Senhor Presidente da Assembleia pela sua tomada de posse. -----

Em primeiro lugar referiu que a Senhora Deputada Guida Vieira, infelizmente, saiu desta Casa sem ter o prazer de conhecer o tal relatório de atividades que ela desejava que fosse apresentado, pois continuamos a ter um modelo que criticava, que apenas derrama quadros e números da atividade diária da Câmara, com um pequeno resumo do Senhor Presidente em relação àquilo que foi feito. -----

17/08
Paulo Roberto

Nesta matéria também, julga, que o Senhor Presidente de alguma maneira transparece ou tem algum pejo em querer apresentar os novos Vereadores, porque não foi formalmente comunicado a esta Assembleia, quem tomou posse, que cargos ocupam, que currículo têm, se o mesmo se coaduna com as tarefas que cada um irá desempenhar e porque os escolheu. Porque como Deputados Municipais merecem mais, em termos de saber quem são as pessoas que estão à frente da gestão da Cidade, sendo este um espaço que está por preencher neste relatório de atividades. -----

Aproveitando a oportunidade desejou-lhes felicidades e referiu que não terão uma tarefa fácil, porque são escolhas de “terceira apanha”, esperando assim, que deem mais “uva do que parra”. -----

Em relação ao relatório de atividades, referiu que o que importa dizer é que esta Câmara, parece-se, passados oito meses, com o Senhor que é responsável pelo condomínio, que troca a lâmpada, muda o filtro, troca o vidro, arranja uma fechadura, pois o mesmo faz uma explanação da estratégia para a Cidade, falando apenas das obras do Lido, que são obrigação continuada a dar decorrência, fala de uma proposta que já foi apresentada há seis meses atrás, fala de um programa de comércio, que pelos vistos o Senhor Presidente não sabe, que em vésperas das últimas eleições, no verão passado, a Câmara anterior protagonizou uma reunião, onde foram chamados todos os parceiros sociais relacionados com o comércio, tais como: associações comerciais, todos os partidos políticos, sindicatos, direções regionais, associações patronais e comerciantes por viva voz, chegando-se a uma série de conclusões sobre medidas a tomar, da qual resultou um documento com as propostas derramadas nessa reunião e nesse debate. Como tal, questionou o Senhor Presidente da Câmara se tem conhecimento do mesmo e se vai aproveitar esse trabalho que já está feito, onde há uma série de ideias sobre as taxas, sobre a produção, sobre a presença da internet da própria Câmara, sobre a abordagem ao turismo sobre o

27/11/17
Paulo Beltrão

aproveitamento dos fundos comunitários, sobre programas que já houve na Cidade em parceria com as Juntas de Freguesia, que consideram estratégico para a Cidade, e não se vão acabar a obra, ou se vão voltar a reunir para saber dos problemas, porque esses já estão identificados.-----

Continuando disse que ainda não entenderam qual a sua estratégia pessoal e como Presidente da Câmara, pois os Presidentes têm de ser líderes de uma estratégia, têm de saber o que é que querem para a cidade, como é que a querem daqui a cinco, dez e a vinte anos, que projetos e ideias pessoais defende para a cidade, que novos investimentos e que novas soluções preconiza para a mesma? -----

Dado serem que este apenas limita-se a pedir estudos, não atualizando o andamento dos mesmos nos relatórios, como por exemplo, o andamento do estudo do PDM, e com a saída do Vereador anterior se o mesmo continua com o Presidente ou se vai voltar para o Vereador do Urbanismo, se em relação à entidade que geria o PDM tem de voltar atrás e quanto é que a Câmara irá gastar a mais por ter voltado atrás para revê-lo.-----

De seguida questionou sobre o que é feito das viaturas oficiais, que foram dispensadas, para transporte do Presidente e dos Vereadores? Quantas viaturas, e por qual valor foram adquiridas para substituir esse serviço? Quanto é que foi a real poupança em relação ao que existia antes e o que existe agora? -----

Passando à situação financeira, que já é fruto da atual gestão, lembrou que na última Assembleia aquando da discussão do orçamento, propalaram e sublinharam a dívida e a incapacidade da Câmara de fazer investimentos., mas agora na página quatro do relatório orçamental, onde se fala sobre o Equilíbrio Orçamental, o Senhor Presidente diz que embora a análise conduza o Município para uma situação atual de desequilíbrio orçamental, é possível a esta Câmara amortizar com folga a dívida e o capital que tem, a dívida à banca e a dívida aos fornecedores.-----

Bl. 77B
Paula Belbino

Então nestes cinco meses, a Câmara faz um milagre, e aquilo que era uma dívida impagável, torna-se possível amortizar, embora os números de amortização ou de desequilíbrio ou equilíbrio orçamental sejam idênticos aos de dois mil e treze. -----

Refere ainda que o Senhor Presidente sublinha neste relatório de atividades, que apresenta a média dos últimos três anos em termos de volume de receitas, que esta Câmara tem a capacidade de se endividar em noventa e nove milhões de euros e que ainda podem pedir mais nove ponto três milhões de euros. -----

Com isto, na sua opinião, estão a admitir que esta Câmara pode endividar-se para construir, enquanto que a anterior não podia. -----

Como tal questionou o Senhor Presidente se então vai deixar de constituir dívida e não vai investir na cidade, deixando-a parada? Passando a ser só a gestão de "condomínio"? Ou vai criar dívida, como defendemos e se faz em qualquer cidade, desde que se constate que é possível pagá-la, como acabamos de constatar. -----

Resumindo disse, que para além da falta de informação daquilo que devia prestar aos cidadãos, aquilo que sobressai destes oito meses de governação, é que falta estratégia para a Cidade, e que não percebem nem sabem quais são os seus desígnios para a Cidade do Funchal, qual a estratégia da Câmara para o Madeira vinte-vinte, se já tiveram reuniões para definir estratégias para os fundos comunitários de dois mil e catorze a dois mil e vinte, se já escolheu e já definiu para si, dos fundos comunitários que existem quais os que pode aproveitar e em que poderão ser utilizados. -----

Porque é para isso que está eleito, e é isso que querem que o Senhor Presidente venha transmitir à cidade no próximo Relatório de Atividades e não uma relação das "avarias do condomínio". -----

6. A Senhora Deputada Municipal Micaela Gomes Camacho, do GMM, começou por felicitar o novo Presidente desta Assembleia, dizendo que tem a certeza de que fará um

J. 11-179
Rui Cortez

excelente trabalho. Depois dirigiu-se ao novo executivo da Câmara e manifestou um voto de confiança e congratulou-os, por terem comparecido, pela primeira vez, na reunião de representantes mostrando disponibilidade para essa apresentação. -----

De seguida dirigiu-se ao Senhor Deputado Eduardo Welsh, dizendo que compreende as suas palavras, pois a MUDANÇA foi e é feita de Homens e Mulheres que deram e continuam a dar a cara, porque, como disse Carlos Castanheda, *que cada um de nós temos um centímetro cúbico de oportunidade pela nossa vida*, tem a certeza que esta MUDANÇA teve esta oportunidade e que com Homens e Mulheres, tudo fará, para o bem desta Cidade. Depois, por este executivo ter sido acusado de não governar nem de mostrar preocupação, apresentou uma breve análise de assuntos já efetuados: redução de taxas do IMI, limpezas urbanas às quartas-feiras, redução de cinquenta por cento das taxas de publicação e de ocupação da via pública, entrada na Associação Internacional das Cidades Educadoras, Oficina Solidária, Câmara à Porta, Orçamento Participativo, Estratégia para a Igualdade de Género, Roteiros Turísticos, Funchal Digital em curso e menos de um terço do valor gasto pelos executivos anteriores no Funchal Jazz. -----

Dirigindo-se ao Senhor Deputado Rui Cortez informou-o de que a Senhora Deputada Guida Vieira, por motivos pessoais, pediu a sua suspensão até seis meses, e que na lista da MUDANÇA não têm primeiros nem segundos, mas sim Homens e Mulheres que desde o primeiro até ao último só vão dar a cara pela MUDANÇA e por aquilo que querem. Informou-o ainda, que têm um projeto até dois mil e vinte e que este executivo também tem um projeto, e que gostaria que lhe informa-se qual o projeto, que o partido da bancada que representa, teve até agora para a cidade. -----

6. O Senhor Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND, começou por acompanhar integralmente a intervenção do seu colega de bancada Eduardo Welsh, e que a saída do Dr. Gil Canha não foi só um despedimento com injusta

130
Paulo

causa, mas foi também um ato de violência com um impacto que nunca viu numa única pessoa, porque ele além de estar empenhado nas funções que estava a desenvolver, tinha orgulho e uma motivação para o que estava a fazer inextinguíveis. -----

Justificando a grandeza moral do Dr. Gil Canha, elucidou que numa troca de palavras entre ambos sobre a gestão camarária, e embora este já tivesse sido convidado a suspender o seu mandato, aquando da manifestação, na Câmara, dos funcionários do Grupo Sousa, o mesmo retorquiu dizendo que estavam ali há seis meses e que ainda estavam a aprender. Aproveitando as contas apresentadas, aproveitou para defender que as mesmas revelam que também foi injusto o procedimento que houve para com a Dra. Filipa Jardim Fernandes. Pois foi tirada a pasta a uma pessoa que poupou quarenta por cento em material de escritório, cinquenta e sete por cento em produtos químicos/farmacêuticas, vinte por cento em material de transporte e peças, oitenta e três por cento em transportes e que nos primeiros três meses deste ano, depois de ter reclassificado a despesa de investimento em corrente em mais de dez milhões de euros, conseguiu mesmo assim relativamente ao ano passado poupar quase quatro milhões de euros, o que imputando a reclassificação das despesas correntes significa sete milhões de euros. -----

Referindo-se à mudança dos Assessores da Câmara, questionou se os mesmos ainda cá estão porque ainda não encontraram um destino a dar-lhes? E o que é que a Câmara e o Senhor Presidente fez nessa matéria? -----

Continuando disse que os quinhentos mil euros destinados à comparticipação dos remédios é uma hipocrisia. E que também queria que lhe explicassem quanto é que esta Câmara pagou de publicidade ao Diário de Notícias e ao Tribuna da Madeira, desde que tomou posse e que o demonstra-se com documentos. Porque essas despesas, que são em muito análogas àquelas que o Governo da RAM faz ao Jornal da Madeira, significam pelo menos dez por cento dos remédios que esta Câmara quer distribuir por alguns idosos. -----

181
Paulo Belbino

Prosseguindo disse que não quer uma Câmara que gaste nem mais um tostão para alimentar a propaganda de si própria, bastando para isso os sites públicos da Câmara em que só há uma única e exclusiva pessoa sempre presente. -----

Concluindo referiu-se ao ex-Vereador Edgar Silva como uma pessoa que esteve sempre calado e que saiu daqui para voltar a ser um simples Enfermeiro, para lutar todos os dias pela vida das pessoas no Hospital. E ele e os demais que saíram mereciam dos Vereadores que tomaram posse, uma palavra quando se iniciou a discussão que estava em causa, sendo esta a causa de não acompanhar totalmente a intervenção do seu colega. Contudo felicitou e desejou boa sorte, aos novos membros do Executivo. -----

7. O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, do GMM, começou por felicitar o novo Presidente da Assembleia e desejar-lhe um bom trabalho nas funções que agora assume. -----

Depois esclareceu o Senhor Deputado Lino Abreu, que relativamente ao Programa de Apoio aos Medicamentos, houve uma apresentação pública onde foi dito que as pessoas poderiam inscrever-se nas Juntas de Freguesia, e que posteriormente o processo é reencaminhado à Câmara onde se dará o seu prosseguimento. -----

Em relação à mudança de Vereadores, que não vem no Relatório de Atividades, como referiu o Senhor Deputado Rui Cortez, disse que no executivo anterior houve mudança de Pelouros e de Vice-presidente, e que também não houve essa comunicação. -----

Continuando disse que o Programa da Coligação foi votado e que se chama *O Funchal Vinte Vinte*, e que poderá ser consultado porque é público e encontra-se nas suas páginas.

Em relação ao Lido, disse que no período em que a Câmara dava lucro, não fizeram nada pelo Lido, mas que eles agora é que estão a fazer. -----

Terminando, concordou com o corte referente à ASA porque quarenta e três por cento dessa verba ia para a administração, em que inclusive chegaram a comprar embarcações

Al. 132
Paulo Bett

de recreio num valor de mercado aproximado a trinta e oito mil euros, havendo ainda uma grande discrepância na distribuição de verbas pelas diferentes áreas do Funchal. -----

--- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos aos Senhores Deputados, começando este por esclarecer o Senhor Deputado Gonçalo Camacho de que não foi atribuído nenhum tipo de apoio à ASA, porque há um relatório do Tribunal de Contas que de entre várias recomendações refere: *"a inexistência de um sistema contabilístico que permita separar de forma clara e inequívoca as receitas e as despesas financiadas por fundos públicos das financiadas por privados, a inexistência de critérios e condições de acesso aos apoios financeiros com entidades públicas e o incumprimento do estabelecido no código de contratação pública no que concerne ao ajuste direto com consulta quando o valor da aquisição for superior a seis mil e setecentos e cinquenta euros"*. Com base nestes pontos a Câmara não pode apoiar uma instituição como a ASA, que no entanto, poderá com certeza ter o apoio de outras instituições públicas se assim o entenderem. -----

Referindo-se aos Municípes que eram apoiados pela ASA, disse que poderão dirigir-se à Câmara para receber esse tipo de apoios. -----

Quanto à Auditoria, disse que já houve uma auditoria nas contas plasmada pela KPMG, mas foi pedida uma outra à Empresa UHY, e que ainda não está pronta, mas quando tiverem o relatório final irão disponibilizá-lo. -----

Aludindo sobre a Praia Formosa disse que a situação os preocupa, porque os terrenos pertencem à ITPF, com quem já reuniram e esperam que haja bom senso nesta situação, pois o que está em causa é o acesso das pessoas a uma praia que é de excelência, e que é de todos os funchalenses. -----

Disse ainda, que há uma delimitação de domínio público marítimo que ainda não foi publicada no Diário da República. -----

46/183
Paula B. B. B.

Depois dirigiu-se à Senhora Deputada Herlanda Amado, dizendo que neste momento há um problema de águas de rega que vai desembocar na Praia Formosa, mas também há um problema com as estações elevatórias. Neste momento estão a aguardar o relatório completo da empresa que faz essa manutenção, à qual a Câmara despende uma quantia significativa, porque não ficaram satisfeitos com a explicação que já foi dada. -----

Quanto à ETAR do Funchal, neste momento já iniciaram estudos e projetos com a IGA para iniciar um investimento, que é calculado em doze milhões e meio de euros. -----

Em relação ao Edifício Cajú, está marcada uma vistoria ao interior do edifício para analisar a sua estabilidade e se há necessidade de alguma outra intervenção. -----

Referindo-se aos aviários de São João Latrão, lamentou mas neste momento não lhe é possível esclarecer esta questão, ficando o compromisso de que logo que seja possível o fará. -----

Dirigindo-se ao Senhor Deputado Eduardo Welsh, enalteceu a forma e postura como se dirigiu a esta Assembleia, e como expôs um assunto que é delicado para nós. -----

Ao Senhor Deputado Lino Abreu, disse que a forma de aderir aos medicamentos é dirigir-se às Juntas de Freguesia ou aos serviços de atendimento da Câmara. -----

Em relação ao Programa Câmara à Porta, poderá, não só, haver problemas de falta de informação mas também uma necessidade de se alargar o âmbito do mesmo, pelo que já estão neste momento a equacionar essa necessidade. -----

Acrescentou ainda, que estão disponíveis para uma análise e colaboração dos diversos partidos para o melhoramento deste ou de outros programas. -----

Referindo-se à Revitalização do Comércio e Informação aos Comerciantes, começou por agradecer ao CDS/PP, na pessoa do Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, o envio de uma carta / informação a todos os comerciantes, substituindo-se à Câmara, tendo sido muitos os comerciantes que já solicitaram a redução das taxas. -----

16/182
Baltasar

Quanto às responsabilidades assumidas pelo executivo, referiu que há compromissos que foram assumidos pelos anteriores e que vão para os próximos quinze / dezasseis anos. Como tal, existem verbas no valor de cento e vinte e um milhões de euros de compromissos já assumidos, que as próximas Câmaras terão de cumprir, contemplando a verba de quarenta e nove milhões de euros, compromissos do passado já assumidos. -----

Citando a questão dos Resíduos, disse que a diferença de quatro milhões de euros relaciona-se com os pagamentos que foram feitos através de encontro de contas. -----

Sobre a questão do Relatório de Atividades, levantada pelo Senhor Deputado Rui Cortez, respondeu que a D. Guida Vieira na última Assembleia Municipal, a que esteve presente, elogiou o facto de se ter alterado a forma como passaram a ser feitos estes relatórios, notando-se uma diferença substancial com o que acontecia na anterior Vereação. -----

Sendo que toda a atividade dos diversos departamentos é útil numa perspetiva, não é útil para fazer uma análise global daquilo que são as linhas de orientação e do trabalho político, que vai sendo feito e os compromissos que vão sendo cumpridos. -----

Quanto à tomada de posse dos novos Vereadores, disse que não fizeram nenhuma cerimónia com pompa e circunstância, porque a sua intenção é trabalhar e não pousar para a fotografia. Esclareceu ainda, que pertencem todos à mesma equipa porque estiveram todos juntos construindo o mesmo projeto, não havendo a equipa A ou a equipa B mas sim a equipa da MUDANÇA. -----

Esclareceu ainda, que não administram um condomínio mas sim uma Cidade para a qual têm uma visão, aconselhando-o a consultar o programa eleitoral *Funchal Vinte Vinte*, porque é um programa onde está consubstanciado uma visão com seis eixos estratégicos e mais de cem ações, garantindo que já as estão a implementar e irão cumprir. -----

Em relação às viaturas, clarificou que foram vendidas em hasta pública julgando que o valor foi de cerca de trinta mil euros. Neste momento existem duas viaturas que estão ao serviço

105
Paulo Baltasar

da Vereação, sendo feito uma “reserva” das mesmas quando é necessária a deslocação dos Vereadores dentro do âmbito estrito daquilo que é o serviço da Câmara. -----

Terminando os esclarecimentos ao Senhor Deputado Rui Cortez, referiu-se à questão da dívida, dizendo que podem pedir mais nove milhões de euros, mas até atingir o limite não o podem fazer, porque basta o estado da dívida e das contas da Câmara pelo que foi feito nos anos anteriores. Como tal, não irão ter essa atitude, tendo sim, como objetivo, diminuir e pagar a dívida, para diminuir aquilo que é a despesa da Câmara. -----

Para concluir a sua intervenção esclareceu o Senhor Deputado Baltasar Aguiar, que o valor que falou sobre a publicidade está dentro daquilo que é praticado nos anos anteriores, onde a esmagadora maioria da despesa são os editais. -----

--- Posto isto o **Senhor Presidente** deu sequência à ordem de trabalhos referindo-se ao **ponto quatro que consiste na apreciação e votação dos documentos da prestação de contas consolidadas de 2013 da Câmara Municipal, em observância do disposto na al. l) do nº 2, do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12/09**, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que por sua vez passou a palavra ao **Senhor Vereador Miguel Gouveia**, que começou por agradecer as palavras cordiais que foram endereçadas por vários elementos da bancada, esperando cumprir com aquilo que são as expetativas dos Funchalenses que neles votaram. -----

Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos disse, que estas contas consolidadas não são muito distintas daquelas que já foram as calculadas e apresentadas na última Assembleia Municipal. O Município do Funchal representa sensivelmente noventa e sete por cento do Grupo Municipal, nas contas consolidadas estamos a fazer a consolidação de duas empresas municipais, a Empresa Frente MarFunchal e a Empresa SocioHabitaFunchal, e analisando as contas os resultados não são muito distintos, uma vez que a percentagem com a influência deste setor empresarial municipal apresenta cerca de

26.186
Paulo Silva

três por cento. -----

Concluindo disse estar ao dispor para qualquer clarificação que possam existir na análise destas contas. -----

INSCRIÇÕES: -----

1. A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV, disse que as Contas Consolidadas resultam do conjunto das contas individualizadas que já foram objeto de discussão, pelo que não se verificam novidades quanto a esse respeito. -----

No presente Relatório são emitidas um conjunto de reservas às quais a Câmara deve procurar responder e implementar medidas para solucionar as mesmas. Questões como, a execução dos procedimentos adequados no tocante à inventariação, assim como valorização e definição correta do início e período de amortização dos bens, a relação dos processos intentados por terceiros contra o Município, a quantificação das responsabilidades financeiras advindas dos mesmos, assim como a situação dos juros de mora e a clarificação dos valores envolvidos, constituem alguns dos elementos aos quais deve ser dada prioridade visto tratarem-se de situações diretamente relacionadas com o património municipal e a gestão financeira, com implicações diretas no desenvolvimento de outras áreas de atividade de responsabilidade camarária. -----

Tendo em conta os diversos condicionalismos que foram patentes e estiveram presentes aquando da apresentação das contas de dois mil e treze, tendo em conta, igualmente, as diversas reservas apresentadas no presente Relatório, a nossa posição será de abstenção relativamente a esta matéria. -----

2. O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva Abreu, do CDS/PP, referiu que o Senhor Vereador disse, e bem, que isto é a consolidação daquilo que já foi apresentado na última Assembleia Municipal, pois a própria palavra Consolidação assim o diz. De facto consolidar as contas das Empresas Municipais pouco ou nada se alterou da discussão da

26/137
Paulo Baltasar

última reunião da Assembleia, mas o que o Grupo do CDS/PP pretende e espera, é que no seu mandato, seja capaz de pelo menos de corrigir e fazer com que as reservas apresentadas pela empresa de auditoria sejam inferiores no que toca ao exercício de dois mil e catorze, e que sejam sanadas as principais ênfases que foram mencionadas para bem do rigor e das contas públicas. -----

Como tal vão abster-se, como já tinham feito na Sessão da Assembleia anterior, por acharem que é o mais correto. -----

3. O Senhor Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND, disse que se irá abster pelas mesmas razões que o PCP/PEV e o CDS/PP e por considerar que só se poderá fazer uma análise correta às contas, quando se fizer aquilo que foi prometido em campanha eleitoral, uma auditoria independente às contas da Câmara, porque não confia na empresa auditora atual. -----

Continuando disse achar que este Executivo cometeu um erro por não ter feito desde logo, um pedido de auditoria urgente a uma terceira entidade independente, permitindo com isso a confusão de contas de outras administrações camarárias com a sua atual administração. Concluindo enumerou várias matérias que querem saber exatamente em que posição se encontram, tais como: qual o nosso património; quanto devemos; quais são os nossos créditos; quais desses créditos são cobráveis e qual foi a administração da despesa da atual e da anterior Câmara. -----

--- De seguida o **Senhor Presidente** deu por encerrado a apreciação do **ponto quatro**, passando de seguida à sua votação, sendo o mesmo **aprovado por maioria, com trinta e dois votos a favor, sendo dezasseis do GMM, dezasseis do PPD/PSD, e com dez abstenções, sendo cinco do CDS/PP, duas do PCP/PEV e três do PND.** -----

--- Não havendo declarações de voto o **Senhor Presidente** passou de imediato ao **ponto cinco que consiste na aprovação da 1ª Revisão Orçamental do presente ano**

R. 7188
Basilio Babo

económico de 2014, em observância do disposto na al. a) do nº 1, do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12/09, dando a palavra ao Senhor Vereador Miguel Gouveia, que começou por dizer que nesta primeira Revisão Orçamental, estão a propor a inclusão no orçamento de dois mil e catorze do saldo de gerência do ano passado, que este ano teve um valor de três milhões e oitenta mil euros. Este montante existe e deriva do facto do pagamento do IMI do ano passado ter sido pela primeira vez fracionado em três tranches (maio, julho e novembro), significando que não houve tempo em dezembro para poder saldar algumas das despesas que estavam previstas, transitando para o orçamento deste ano, sendo esta a proposta que fazem para reforçar a dotação orçamental dentro destas rubricas. -----

INSCRIÇÕES: -----

1. A Senhora Deputada Municipal Herlanda Gouveia Amado, do PCP/PEV, começou por tecer algumas considerações breves, destacando o facto de o saldo da gerência anterior ser aplicado na sua totalidade nas Despesas, nomeadamente para fazer face a pagamentos a empresas ou entidades públicas (IGA, Valor Ambiente, SESARAM), conforme consta da informação prestada.-----

Embora compreenda a situação, disse parecer-lhes que os valores em causa deveriam ter sido orçamentados aquando da apresentação do Orçamento e Plano para dois mil e catorze, o que poderia permitir que agora nesta revisão, fossem afetadas verbas para as Despesas de Capital para o Investimento. No entanto à luz da situação, abster-se-ão. -----

2. O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP, começou por dizer que o grupo do CDS/PP irá votar favoravelmente a esta Revisão Orçamental, no entanto gostariam que lhes fosse esclarecidas algumas rubricas, tais como: nos encargos com a saúde, o reforço de novecentos mil euros, a questão de mais trezentos mil euros do que estava orçamento, com o gasóleo, e um reforço de quinhentos e onze mil

189
Raul Belb

quatrocentos e dezoito ponto cinquenta e dois referente à Limpeza e Higiene. -----

--- **O Senhor Vereador Miguel Gouveia**, começou por responder à Senhora Deputada Herlanda Amado que verifica-se um reforço, pelo facto de pela primeira vez o município receber uma grande tranche do IMI, que não era habitual. Pois o mesmo não foi previsto no orçamento em novembro, altura em que foi fechado, porque na altura previa-se essa transferência, fosse feita em dezembro ainda a tempo de serem saldados alguns compromissos que tinham de ser pagos nesse mês. Como tal não se verificou, essas receitas tiveram de transitar para este ano transitando também as despesas. -----

Respondendo ao Senhor Deputado Gonçalo Camacho, disse que a rubrica limpeza e higiene reveste-se com o tratamento que é feito pela Valor Ambiente aos resíduos sólidos urbanos. -----

Quanto aos encargos com a saúde são valores pagos ao SESARAM, sobre os quais existem compromissos e planos de pagamento nos próximos anos, refletindo os encargos existentes com estas rubricas. -----

--- Não havendo mais intervenções **o Senhor Presidente colocou este ponto à votação, sendo o mesmo aprovado por maioria com trinta e seis votos a favor, sendo dezasseis do GMM, quinze do PPD/PSD, cinco do CDS/PP, e com cinco abstenções sendo duas do PCP/PEV e três do PND.** -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND, justificou a abstenção da sua bancada porque acham que algumas despesas não foram totalmente explicadas pelo Senhor Vereador, em boa-fé acredita que elas tenham justificação mas pelo que foi explicado optaram pela abstenção. -----

Disse ainda, que embora seja fora do tema, gostaria de pedir à Câmara que tome uma posição, juntamente com os comerciantes afetados pelas obras da frente mar, com vista a

J. 26.190
Belebebe

interposição de uma ação contra o Governo Regional, à semelhança do que foi feito pelos cidadãos comerciantes da Cidade do Porto contra o caso das obras do metro, e em que também foi ré a Câmara. Pois acha que se deve começar a pensar muito seriamente nisso porque os prejuízos que se estão a verificar vão piorar, pois estão a passar-se situações dramáticas, designadamente na zona da Rua da Alfândega e das ruas laterais com encerramento de lojas, em que a própria Câmara é prejudicada ao perder um estacionamento e os lucros provenientes do mesmo. -----

--- **Ponto seis: Celebração do Contrato-Programa entre a SocioHabitaFunchal, E.M. e o Município do Funchal, em observância do disposto no nº 5 do artigo 47º, da Lei nº50/2012, de 31/08.** -----

INSCRIÇÕES: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Américo João da Silva Dias, do CDS/PP, começou por esperar e desejar ao Senhor Presidente da Assembleia, que o seu mandato seja até ao fim de dois mil e dezassete e que tudo corra bem, desejando também, as boas vindas aos Senhores Vereadores que estão agora em funções. -----

Em relação a este ponto pediu ao Senhor Presidente da Câmara que no próximo orçamento fossem contempladas verbas suficientes e substanciais, para que a SocioHabitaFunchal pudesse fazer face às situações urgentes nos bairros sociais do Funchal, porque grande parte deles se encontram em adiantado estado de degradação onde algumas destas habitações são muito precárias. Para além disso e como já foi referido por outro deputado, urge fazer obras de adaptação porque existem materiais nocivos à saúde, nomeadamente o amianto. -----

Fora do âmbito deste ponto referiu também, que chegou ao seu conhecimento, através de conversa com os comerciantes locais da zona da Estrada Monumental, entre o Lido e o Fórum Madeira, que estão a atravessar uma grave crise económica, muitos deles poderão

11.11.19
Paulo Roberto

até entrar em insolvência, porque a diminuição de receitas está a ser drástica de há dois anos para cá por causa das obras que a Câmara está a efetuar. Como tal, pede para que a Câmara meta mãos à obra o mais rápido possível, porque está em causa não só a sobrevivência destas empresas como os postos de trabalho dos trabalhadores inerentes às mesmas. -----

2. O Senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Morais da Silva Reis, do PCP/PEV, disse que em relação aos termos do contrato com a SocioHabitaFunchal, não têm nenhum desacordo nem nenhum aspeto negativo a referir. No entanto, não podem esquecer que um dos objetivos ou funções da empresa municipal é, para além da gestão e administração do parque habitacional, promover a recuperação ou reabilitação do mesmo. Uma das competências que, ao longo dos anos, não tem constituído uma prioridade para o Município. A situação de degradação de alguns dos complexos habitacionais sobre a responsabilidade camarária é evidente e exigem-se outras medidas e outras prioridades nesta área. -----
A não aplicação de uma política clara nesta questão da reabilitação da habitação degradada é mais do que suficiente para que o PCP/PEV-CDU venha a abster-se nesta questão. Não pondo em causa o presente contrato, mas sim alguma inércia na questão da reabilitação dos complexos habitacionais camarários. -----

3. O Senhor Deputado Municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do GMM, começou por felicitar a nova Mesa da Assembleia Municipal, assim como, os novos Vereadores e desejar-lhes felicidades no desempenho do cargo, que não antevê tarefa fácil, face a uma manifesta má vontade por parte de alguns Senhores Deputados Municipais. -----
Aproveitou ainda, para manifestar o seu protesto por um ou dois Senhores Deputados desta Assembleia, manipularem grande parte do tempo destas sessões, impedindo o bom funcionamento da mesma, onde se deveria discutir interesses para o Município e para os Cidadãos. Sobretudo, para que tornem estas sessões em momentos aprazíveis e não num

21/11/1991
Paulo Baltasar

lugar de tormento, onde passada uma hora já estão com vontade de abandonar a sala. ---
Espera ainda, que nas próximas sessões os Senhores Deputados evitem as questiúnculas partidárias ou pessoais, para que possam ganhar o respeito dos Cidadãos que os elegeram, como determina o artigo 15º do Regimento desta Assembleia que diz textualmente: *Respeitar a dignidade da Assembleia e dos seus membros.* -----

Referindo-se ao ponto em discussão, disse que este contrato com a SocioHabitaFunchal, tem por principal objetivo ajudar as famílias mais carenciadas do nosso Concelho, o que deve ser acarinhado, apoiado e aprovado por todos os presentes. -----

Num aparte, lembrou que a renda técnica mensal ronda os quatrocentos e noventa e nove euros, enquanto a renda social a média cobrada em dois mil e treze foi de cinquenta e quatro mil e quarenta e quatro cêntimos, pelo que se pode avaliar que sem o apoio da Câmara Municipal do Funchal a SocioHabitaFunchal jamais poderia ter autonomia financeira. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** de seguida deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para responder a alguns pedidos de esclarecimento invocados pelos Senhores Deputados, começando por explicar que efetivamente há uma preocupação e um compromisso para proceder um plano de prioridades de reestruturação dos bairros sociais, nomeadamente com a questão do amianto referida pelo Deputado Américo Dias, pelo aspeto nocivo do mesmo para com quem lá vive.-----

--- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** passou à **votação este ponto, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com trinta e oito votos a favor, sendo dezasseis do GMM, catorze do PPD/PSD, cinco do CDS/PP, três do PND e com duas abstenções do PCP/PEV.** -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves Aguiar,

11/192
Paulo Bettencourt

do PND, disse em primeiro lugar que não defende a recuperação do bairro de Santa Maria, devendo o mesmo ser demolido e reconstruído, pois qualquer investimento naquele bairro só vai prolongar o problema. -----

Dirigindo-se ao Deputado Juvenal Rodrigues disse que o mesmo tem razão quanto à educação que se deve usar nos debates, mas que o mesmo não pode querer transformar esta Assembleia numa Assembleia Nacional do tempo do Salazar, pois embora ele fosse sempre uma pessoa com uma educação muito primorosa, isso não o impediu de fazer algumas maldades que são bem conhecidas de todos nós. -----

- **Ponto sete – Aprovação da proposta das listas para nomeação de Juizes Sociais, em observância do artigo 36º, do decreto-lei 156/78, de 30/06.** -----

INSCRIÇÕES: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Américo João da Silva Dias, do CDS/PP, em relação às listas para nomeação de Juizes Sociais, disse que o grupo CDS/PP não tem nenhuma objecção, no entanto quis realçar o carácter social que estas pessoas se predispõem a contribuir para a paz social, porque as mesmas abdicam do seu tempo livre, do seu trabalho e da sua família para poderem dar à sociedade o seu contributo. -----

2. O Senhor Deputado Municipal João Valdemar Berenguer, do GMM, disse que os Juizes Sociais têm uma intervenção importantíssima, especialmente em determinados processos dos Tribunais de Família e Menores, tendo um papel fundamental na promoção e protecção da família, bem como nos processos tutelares e educativos, sempre que é requerida a medida tutelar de internamento em centros educativos a adolescentes e jovens acusados de crimes. -----

Qualquer cidadão com mais de vinte e cinco anos e menos de sessenta e cinco, gozando de poderes cívicos e políticos, tem a possibilidade de exercer uma função na justiça em áreas específicas e limitadas, representando um ato democrático, de abertura do poder à

Paulo Cafôfo
193

sociedade, neste caso do poder judicial. -----

A legislação quis garantir que estes Juizes Sociais representavam a sociedade civil e é por isso que proíbe a representação para Juizes Sociais, o Presidente da República, os membros da Assembleia da República e das Assembleias Regionais, os membros do Governo Central e dos Governos Regionais, os Magistrados Judiciais e do Ministérios Público e os Ministros de qualquer religião. -----

A organização das candidaturas compete à Câmara Municipal da sede do Tribunal, conforme o artigo 33º, do Decreto-lei 156/78, de 30/06. -----

Segundo o artigo 34º do mesmo decreto-lei, a Câmara Municipal pode recorrer à colaboração a entidades públicas e privadas por qualquer forma à assistência e educação de menores. -----

Concluindo disse que por curiosidade, fez uma pesquisa da lista de cidadãos nomeados juizes sociais para intervir nas causas de competência do Tribunal de Família e Menores do Funchal e descobriu que, com certeza, com base no artigo 34º e na ligação que essas pessoas têm à educação e proteção de menores, foram indicados ilustres cidadãos destacando-se: Isabel Cristina Gil Ramos; Maria Cristina da Costa Gil Ramos, a filha e a ex-mulher de um ilustre presidente do grupo parlamentar do PSD na ALRM, os deputados não podem, mas a filha e a ex-mulher já podem ser Juizes Sociais. -----

--- O Senhor Presidente deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD**, em defesa da honra, para esclarecer o Deputado Valdemar Berenguer que as pessoas a que se referiu, fazem parte da direção de uma instituição público / privada que gere um infantário, ao qual ele próprio também já fez parte, que é o Auxílio Maternal, por isso não vê qual é o problema, exemplificando, que nesse caso um familiar do Dr. Paulo Cafôfo também não poderia ser nomeado Juiz Social. -----

Concluindo disse que esse tipo de posturas fica com quem as toma e esse tipo de palavras

Paulo Vares Macedo
16/11/1994

descrevem bem quem as pronuncia. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** procedeu de seguida à **votação desta proposta, sendo a mesma aprovada por unanimidade.** -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

1. A Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Lopes Cravidão G. de Oliveira, PPD/PSD, interveio porque sente necessidade, para que fique em memória futura e para registo de todos, que os Juizes Sociais, como o Senhor Deputado anterior referiu, têm um papel meritório, excecional e são fundamentais, não cabendo a esta Casa tecer qualquer juízo de valor moral, cívico, ético ou de qualquer outra ordem, tanto mais que isso é um cuidado que se deve a esta Casa, mas também é um cuidado que se deve ao Presidente da Câmara deste Município porque é através dele que são nomeados. -----

Continuando disse falar com conhecimento de causa, porque já exerceu a função de Juiz Social, onde essas situações são legalmente avaliadas, fazendo-lhe pena que destes assuntos se falem com leviandade, com maldade com segundos interesses para atingir seja quem for. -----

Terminou dizendo, que as palavras ficam com quem as diz e não com quem as recebe, mas não podia deixar de referir que infelizmente a nossa sociedade precisa de todos os Cidadãos para exercer esta função. -----

2. O Senhor Deputado Municipal Donato Paulo Vares Macedo, do PND, começou por saudar o Senhor Presidente da Assembleia pela sua eleição, desejando que permaneça, muito bem ladeado pelas Senhoras Secretárias, e espera que os trabalhos desta Casa sigam e retomem um pouco do trilho que vinha seguindo desde que inicialmente foram sufragados para estes trabalhos. -----

Quanto ao assunto em debate quis apenas relevar o trabalho meritório de todas as pessoas que estão neste papel de Juizes Sociais, fazendo uma função essencial para a nossa

fls 195
Paulo Roberto

sociedade, ao serviço da Justiça e deste Município. -----

- **Ponto oito – Aprovação da alteração do artigo 38º da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, conforme deliberação tomada em reunião de Câmara no dia dezanove de junho de dois mil e catorze, em observância do disposto na alínea b), do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12/09.** -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que questionou aos Senhores Vereadores do PPD/PSD se queriam intervir uma vez que esta alteração foi uma proposta apresentada pelos mesmos, os quais prescindiram da palavra. -----

INSCRIÇÕES: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD, começou por dirigir uma saudação muito especial ao novo Presidente da Mesa da Assembleia, porque teve o prazer de partilhar as bancadas da mesma sala de aulas da faculdade e desejar as maiores felicidades e sucesso no desempenho desse cargo, aproveitando para tecer um elogio à Mesa porque após a eleição da mesma os ânimos serenaram, o que poderá já ser consequência da forma como os trabalhos passaram a ser conduzidos. -----

Em relação ao ponto em discussão disse que, ao contrário do que tem sido dito, sempre vão aprendendo a estar na oposição, e estar na oposição também é apresentar propostas que venham a contribuir para a melhoria das condições de vida e das condições económicas do Concelho, sendo esta proposta uma tradução fiel desse compromisso. Souberam ouvir os profissionais de Táxi trazendo as suas preocupações, e procurando uma solução para resolver um problema com alguma monta e alguma relevância. -----

Basicamente aquilo que fizeram foi que a taxa de publicidade usada nestes veículos, paga anualmente, passa-se a ser paga pelo efetivo uso desse espaço enquanto espaço de publicidade. Anteriormente, independentemente dos meses e do tempo em que o

Al. 796
Baltasar de Carvalho

profissional viesse a utilizar esse espaço disponível a taxa era paga por todo o ano. Ao tornar o valor anual em duodécimos, passou-se a pagar e a taxar a utilização do espaço, pelo espaço comprado e pelo período negociado, passando estes profissionais a pagar o exato consumo do espaço. -----

Terminou dizendo que esta é uma forma simples e construtiva de resolver o problema das pessoas. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu e registou as palavras que o Deputado Carlos Rodrigues lhe dirigiu, e disse que não irão ser as naturais divergências políticas que afetarão a amizade que os une há já vários anos, dando de seguida a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva Abreu, do CDS/PP**, que começou por dizer que o CDS/PP votará favoravelmente esta proposta, como já o fez na Vereação, esta é uma proposta de valor e que tem uma mais-valia junto ao setor dos Táxis. Pois, esta proposta vem fracionar o pagamento anual em pagamentos mensais, permitindo-os cumprir com as suas responsabilidades. -----

3. O Senhor Deputado Municipal José Gabriel Pereira Oliveira, do GMM, disse que a proposta de alteração agora apresentada pelos Senhores Vereadores do PPD/PSD, já tinha sido feita ao Executivo anterior e não foi aceite, o que leva a crer que quando o PPD/PSD passa a oposição, recorda-se do que fizeram mal e tentam alterá-lo, ainda bem, *mais vale tarde do que nunca*. -----

Terminou dizendo que o GMM votará a favor desta proposta. -----

4. O Senhor Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND, referiu que esta proposta é importante, pois por ser um utilizador regular deste tipo de transporte, até quando viaja os frequenta estando habilitado por isso, para crer que não há nenhuma Cidade no País que tenha serviço de Táxi, com Taxistas tão bem formados e educados como na nossa Cidade, considera que é uma classe que precisa de ajuda por

J. Baltasar
Baltasar

estar a passar dificuldades muito grandes e que é necessário pensar em mais medidas para ajudá-los designadamente na abertura de estações de Táxi mais pequenas que permitam mais rotatividade e mais rentabilidade. -----

Por outro lado as autoridades policiais têm de fiscalizar a concorrência ilegal que há no âmbito desta profissão, designadamente com as carrinhas do campo. -----

5. A Senhora Deputada Municipal Herlanda Gouveia Amado, do PCP/PEV, começou por dizer que não é muito difícil quando os interesses dos Funchalenses estão em primeiro lugar, trabalhar em conjunto, independentemente de que bancada que venha a proposta, por isso irão votar favoravelmente.-----

Acrescentou que em reuniões de Vereação já foram apresentadas propostas por parte do PCP/PEV-CDU, no sentido de facilitar a vida a todos aqueles que tenha a atividade ligada ao setor Táxi, sendo uma delas a criação de mini praças com o máximo de cinco lugares, como referiu o Deputado Baltasar Aguiar, que na altura votou contra tendo os outros partidos se absterido. -----

--- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** procedeu à **votação desta Proposta sendo a mesma aprovada por unanimidade.** -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND, começou por dirigir-se à Deputada Herlanda Amado, pedindo à mesma que lhe envie a ata onde consta o seu voto contra a criação de pequenas praças de Táxi na Cidade do Funchal. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** antes de dar por encerrada esta Sessão quis referir o trabalho meritório das duas Secretárias que o coadjuvam na presidência da Mesa, bem como aos funcionários afetos ao Gabinete da Assembleia Municipal, deixando o seu pessoal agradecimento. Também felicitou e desejou as maiores felicidades aos novos

Vereadores recentemente empossados, e que consigam atingir os seus objetivos, porque se assim for serão os Municipais do Funchal que verão as suas necessidades melhor satisfeitas. -----

De seguida agradeceu a presença de todos os presentes dando por encerrados os trabalhos.

ENCERRAMENTO: -----

--- Esta ata foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir efeitos imediatos. -----

--- Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo dezoito horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu-a por encerrada. -----

--- E de tudo para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida, achada conforme e subscrita vai ser devidamente assinada. -----

--- O Presidente da Assembleia, *[Handwritten Signature]*

--- A Primeira Secretária, *Paula Augusto Maximino Rebelo Gonçalves*

--- A Segunda Secretária, *[Handwritten Signature]*

--- Fui presente: Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves *Nélia Gonçalves*

